

Capítulo 3 - Entre o ovo e a galinha

intermediação e representação política na avicultura brasileira

Bernardo Sorj
Malori J. Pompermayer
Odacir Luis Coradini

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SORJ, B., POMPERMAYER, MJ., and CORADINI, OL. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Entre o ovo e a galinha: intermediação e representação política na avicultura brasileira. pp. 59-95. ISBN: 978-85-99662-52-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPITULO 3

ENTRE O OVO E A GALINHA: INTERMEDIÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA AVICULTURA BRASILEIRA

3.1 ARTICULAÇÃO ESTADO/ECONOMIA

A representação e realização de interesses na moderna avicultura brasileira se inscreve nos moldes do Estado autoritário. A readequação sócio-econômica gestada desde os anos 1950 e consolidada, a partir de 1964, no novo regime político trouxe em seu bojo a redefinição também do exercício do poder. Se bem que a avicultura, por si só, não chegue a constituir um setor particularmente importante da economia, ela se configura, no entanto, como um dos exemplos mais notáveis da articulação entre o moderno capital ligado à agricultura e o Estado, como também das novas formas de representação política de interesses.

A articulação entre capital estatal, capital multinacional e capital privado nacional em termos de economia brasileira em geral já foi examinada em outros trabalhos (Cardoso, 1975). O que cabe reter aqui é que, na articulação dessas novas formas de capital, se cristalizam dois aspectos sócio-econômicos do capitalismo associado-dependente diretamente vinculados ao tema em questão. Primeiro, essa articulação se dá no conjunto de transformações socioeconômicas que implicam um novo patamar técnico-econômico, o qual aponta para a progressiva oligopolização. O segundo aspecto a ser ressaltado é o crescimento da participação estatal, quer diretamente como "empresário-associado" ou como "fiador" e garantidor do crescimento econômico e do ordenamento político-institucional.

No caso da avicultura industrial, é substancialmente sob a forma de "fiador", no sentido de criar as condições econômicas da acumulação e de garantia de ordenamento político-institucional, que o Estado atua mais diretamente. A avicultura industrial é um setor inexplicável se se abstrai do componente Estado. Ao recriar as condições sócio-econômicas para a acumulação, o Estado cria também as condições para a associação ou a articulação com o capital externo e para o avanço no sentido de centralização e dinamização do moderno capital.

Nos rearranjos político-institucionais inaugurados em 1964, dois aspectos precisam ser ressaltados para a apreensão das formas de representação e realização de interesses na avicultura industrial. De um lado, com a obstrução dos canais políticos tradicionais, tanto o Estado quanto as classes e grupos hegemônicos recriam ou reforçam novos meios de intermediação entre as esferas de realização do capital e as instâncias decisórias. Esse rearranjo implica a reestruturação e reaparelhamento do Estado e o redimensionamento ao nível de aglutinação e organização de interesses e pressões sociais. Essa aglutinação é objetivada particularmente nas "associações" e em

sua articulação com os órgãos oficiais. Na reestruturação dos novos canais políticos efetivos e em seu comportamento, está implícita - como "lei não-escrita" - uma determinada "racionalidade" que filtra e dita a relevância das questões que emergem do processo de acumulação e conseqüentes transformações sociais.

O princípio básico da lógica dessa "racionalidade" implícita na organização e exercício do poder é que as bases, tanto sócio-econômicas quanto político-institucionais, já estão dadas. Ao se optar por determinado tipo de capitalismo e ao se empenhar o Estado em sua viabilização, as questões que poderiam emergir e, portanto, requereriam tomadas de posições e decisões, são exclusivamente questões referentes a "desajustes" e "estrangulamentos" de seu funcionamento. Esse tipo de racionalização foi assumido não apenas pela tecnoburocracia estatal, mas pelo conjunto das organizações privadas. Desse modo, o critério básico, ao nível político-ideológico, para que determinada questão passe a ser considerada, é que esteja vinculada ao "bom funcionamento da sociedade", isto é, à racionalização do capitalismo associado-dependente.

É nesse quadro, onde a economia se "politiza" e onde a política se "administratiza" - na medida em que está assentada na "racionalidade" apontada acima -, que alguns autores a percebem despolitizada. De acordo com esse ponto de vista, as classes sociais que dão suporte ao Estado autoritário teriam relegado à burocracia militar o controle e a administração do poder. Em outras palavras, as classes que controlam a sociedade brasileira teriam abandonado a pretensão de serem poderosas para serem ricas (Forman, 1979, pp. 248-49). Ora, numa economia cuja dinâmica internacionalizante articula o capital com apoio estatal, seu móvel básico, sua própria orientação é resultante da interação político-institucional empresa/Estado. Essa mesma interação é uma tomada de posição política que requer um profundo e permanente entrosamento entre esferas do poder público e do capital, tanto ao nível socioeconômico quanto político-institucional. As decisões políticas se transfiguram em medidas econômico-administrativas.

Essa readequação dos canais políticos - juntamente com sua "racionalidade" implícita - assenta numa base social cuja dinâmica de transformação envolve tanto a progressiva centralização e oligopolização do capital quanto a redefinição da estrutura das classes trabalhadoras. Especificamente no tocante ao complexo avícola industrial, as transformações das condições sociais dos trabalhadores agrícolas são extremamente complexas, por abrangerem uma série de formas de subordinação do trabalho agrícola ao capital. De qualquer modo, as duas formas básicas são representadas pela subordinação do campesinato, através da integração horizontal, e pela sua proletarianização, através da integração vertical.

O que importa reter dessas formas de subordinação do trabalho ao capital, para os fins aqui propostos, é que a fonte maior de tensões sociais nem chega a ser a subordinação do trabalho ao

capital. Num nível mais imediato e mais dramático, a principal fonte de tensões sociais é a seleção/exclusão em massa do antigo campesinato que não possui condições socioeconômicas para se integrar e subordinar, de acordo com os requerimentos do capital e da tecnologia postos em prática. Essa eliminação do antigo campesinato contrapõe-se à diminuição relativa das necessidades de mão-de-obra por parte do moderno capital, tanto industrial quanto agrícola. A relevância desses elementos para a apreensão do exercício do poder na avicultura é resultante da utilização política dessas condições sociais. Pode parecer paradoxal, mas ao "afunilamento" em termos socioeconômicos - na medida em que as condições sociais abrangem desde produtores rurais camponeses relativamente estabilizados economicamente até produtores em deterioração ou em via de marginalização social - corresponde um afunilamento político.

São esses setores "excluídos" dos círculos de decisão efetiva os que são representados formalmente por outro tipo de "associações", como os sindicatos e/ou setores de igrejas. Suas reivindicações escapam à lógica estrita da reprodução do capital e são toleradas até o ponto em que não ameacem a viabilização político-institucional da produção.

Uma outra ordem de transformação sócio-econômica na base social dessa forma de exercício do poder é constituída pelo processo de concentração e centralização, acompanhado pela internacionalização do capital. Esse processo constitui-se na fonte de um conjunto de falsas questões, de caráter puramente ideológico, que considera como sendo a "eliminação" da pequena e média empresa de capital privado nacional a grande contradição social. Também na avicultura existe um violento processo de centralização e, portanto, de desaparecimento e/ou readaptação das empresas capitalistas sem condições de acompanhar os novos patamares técnico-econômicos. Mas isso não significa que haja antagonismo irreduzível entre essas categorias de capital, apesar dos conflitos permanentes. A própria articulação entre o capital estatal, internacional e privado nacional foi uma opção política e um direcionamento dado por esses componentes.

O processo de eliminação das empresas sem condições de acompanhar os novos patamares técnico-econômicos, embora implique o desaparecimento da pessoa jurídica da empresa, não significa em absoluto o desaparecimento do capital privado nacional enquanto tal. O principal equívoco na constatação do processo de centralização é a confusão estabelecida, em geral, entre a eliminação jurídica das empresas menos aparelhadas e a eliminação de seu capital e proprietários, que, na verdade, se readaptam às novas formas de acumulação. A eliminação de empresas pela centralização pode atingir um número proporcionalmente grande, como acontece atualmente com a avicultura industrial, porém, em conjunturas de rápida expansão, o próprio crescimento do setor abre espaços para a formação e expansão de novas pequenas empresas, que mais tarde passarão a se readaptar.

Na avicultura industrial, o conflito entre blocos de capital se apresenta como inclusivo de diversos agentes, por se tratar de um setor formado historicamente com base no capital privado nacional, especialmente no tocante ao capital envolvido em abatedouros, a chamada indústria tradicional. No entanto, esse conflito, ao mesmo tempo em que tem sua fonte no novo patamar técnico-econômico e nas suas articulações com a internacionalização da economia, representa, também, as diferentes posições e articulações entre esses blocos de capital e o Estado.

Na medida em que o padrão de acumulação está assentado na articulação das diversas formas de capital, sob a égide do grande capital internacional e estatal, as vinculações e a atuação do Estado em relação às pequenas empresas possuem um caráter mais de viabilização sócio-política que estritamente econômico-produtiva. Isso não exclui, no entanto, um determinado apoio efetivo por parte do Estado às pequenas empresas, apoio esse diferenciado e seletivo, conforme a capacidade técnico-econômica de responderem a ele em seus setores específicos e ao grau de pressão política que setores representantes dessa forma de capital conseguem organizar. Embora não apresentem ameaças de ruptura com o padrão de acumulação, esses setores podem, no entanto, acumular razoável ameaça de dissensão em certas conjunturas e, por isso, o Estado formula programas específicos de apoio. Evidentemente, esse mesmo apoio tem em mira o rompimento das barreiras para que tais setores alcancem o patamar técnico-econômico do setor ou ramo produtivo. Especificamente na avicultura industrial, no caso de Santa Catarina por exemplo, a parte mais substancial do apoio às grandes empresas em sua readaptação ao novo patamar técnico-econômico teve como fonte financeira o Cebrae,²³ numa conjuntura de relativa estabilidade política e crescimento econômico (Cebrae/Ceag/ SC, 1977).

Esses novos moldes de acumulação e realização de interesses estão centrados no "novo capital", isto é, no grande e moderno, seja ele de origem internacional, privada nacional, estatal, isolada ou conjuntamente. Nesse sentido haveria também um "afunilamento" no tocante à reprodução do capital, a exemplo dos camponeses e trabalhadores em geral. No entanto, ainda que o "antigo capital" não se encontre nos novos patamares técnico-produtivos, mas numa posição desprivilegiada no tocante à articulação, não está fora da "racionalidade" proposta.

3.2 INSTRUMENTOS BÁSICOS DE REALIZAÇÃO DE INTERESSES

Antes do exame de associativismo enquanto conduto efetivo de mediação e realização de interesses, descreveremos os principais instrumentos e políticas do Estado no sentido de criação das

²³ A história da formação e atuação do Cebrae (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa) e da Comissão Permanente de Apoio à Pequena e Média Empresa confirmam o exposto (Correio do Povo, 14 de junho de 1981, p. 48; Jornal do Comércio, 25 de maio de 1981, p. 2).

condições sócio-econômicas da acumulação. Focalizaremos rapidamente os créditos e subsídios à produção agrícola e ao seu processamento industrial, as políticas de exportação, de pesquisa e assistência técnica.

3.2.1 O CRÉDITO

O crédito direto ao complexo avícola, de um lado, tem como suporte sua vinculação com uma produção agropecuária altamente modernizada e integrada ao moderno capital industrial e às políticas de exportação.²⁴ De outro, em sua consolidação, esse setor foi parcialmente atingido pela crise econômica e cortes na expansão do crédito. Mesmo assim, em seu desenvolvimento, o complexo avícola contou com um lugar de destaque, tanto no crédito direto à produção agropecuária quanto nos financiamentos e estímulos à indústria processadora e às exportações.

Por suas características de pequena produção, principalmente no Sul, a avicultura se beneficiou também das mudanças na orientação da política creditícia, cujo objetivo era facilitar o acesso de pequenos produtores, em condições de modernização, ao crédito agrícola. Essa nova política creditícia tem como razões principais as limitações dos recursos disponíveis para o crédito rural e sua alta concentração.²⁵ Na tentativa de inclusão de "pequenos" estabelecimentos, o Banco do Brasil, em 1978-79, entre outras orientações, estimulou a criação de "Postos Avançados de Crédito Rural" (Banco do Brasil, 1978, pp. 20-27). Além disso, a avicultura tem maior capacidade de resposta aos estímulos governamentais, comparativamente à pecuária bovina.

Os créditos concedidos pelo Banco do Brasil à agropecuária tiveram uma expansão crescente na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970.²⁶ Em 1976, a avicultura ocupou 3,4% dos empréstimos do Banco do Brasil à produção pecuária, contra 82,6% para a bovinocultura, 3,9% para a suinocultura e o restante para outros rebanhos. Já no ano seguinte a participação da avicultura evoluiu para 6,5% em relação ao total, num crescimento de 139,7%. Em

²⁴ Conforme levantamento da Federação de Associações de Bancos, em 1981, os financiamentos subsidiados abrangem cem programas, entre os quais se destacam: financiamentos de obras no exterior, exportação e importação, apoio à pequena e média empresa, redesconto do café, crédito cooperativo, serviços de consultoria, desenvolvimento tecnológico, imobilizações financeiras, reconstrução de imóveis, apoio à Previdência Social, capitalização de empresas, operações cinematográficas, pesquisa de recursos minerais e crédito agrícola em toda a sua expansão". Nesses programas empregam-se cerca de 800 bilhões, através das instituições de crédito oficiais e privadas, com dotações governamentais (Folha de São Paulo, 18 de maio de 1981, p. 7).

²⁵ Conforme dados do Banco do Brasil, em 1976 os "pequenos" estabelecimentos respondiam por cerca de 80% do número de contratos efetuados pelo Banco; participavam com menos de 20% do total de créditos concedidos e cerca de 80% das propriedades rurais não tinham acesso ao crédito.

²⁶ Os créditos concedidos pelo Banco do Brasil à agricultura brasileira evoluíram, no período entre 1966 e 1976, em 2,23 vezes no tocante ao número de contratos e 71,2 vezes ao valor. Nesse mesmo período, os créditos à pecuária tiveram uma expansão de 3,31 vezes no número de contratos e de 79,26 vezes em relação ao valor. No período 1970-75, os créditos destinados à agropecuária pelo Banco do Brasil, que representavam 41,7% dos empréstimos globais em 1970, evoluíram para 53,7%, no final do período. Durante esses cinco anos, o crédito rural expandiu-se em 835%, contra uma expansão de 476,5% para os demais créditos.

1978 a expansão foi de 35,3% e, em 1980, de 143,5%. Cerca de 79,7% desse crédito em 1976, 87,9% em 1977 e 99,4% em 1978 foram destinados à produção cabendo o restante à comercialização e melhoramentos (Banco do Brasil, 1977, p. 50; 1978, pp. 42-43).

Boa parte desses recursos têm como fonte o Banco Mundial, em especial o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo repassados ao Banco do Brasil e bancos regionais para programas específicos. Esses empréstimos do Banco Mundial para a agropecuária brasileira, que começaram na década de 1960, expandiram-se na década de 1970. Entre 1967 e 1973, o Banco Mundial emprestou cerca de 66 milhões de dólares à pecuária brasileira (Banco Mundial, 1973, pp. 11-13). Já o BID, no período 1961-78, concedeu 2.911.338 mil dólares ao Brasil, em projetos cujo total era de 23.112.235 mil dólares. A agropecuária foi contemplada com 265.313 mil dólares em projetos, com um custo total de 745.863 mil dólares e mais 118.781 mil dólares em financiamentos às exportações. No tocante a "cooperação técnica e desenvolvimento rural", o Banco aprovou, em 1978, "uma operação não-reembolsável, em cruzeiros, no valor de 14,5 milhões de dólares, para um programa de assistência à agricultura de baixa renda no Brasil". Em relação ao crédito agrícola para pequenos e médios produtores, "em 1975, o Banco aprovou um empréstimo de 40 milhões de dólares para permitir ao Banco Central do Brasil a execução de um programa de crédito agrícola supervisionado, criado para aumentar a produtividade e as rendas de médios e pequenos agricultores, fortalecer as cooperativas existentes e estimular a formação de outras. Até meados de 1978, tinham sido aprovados cerca de 2.894 créditos individuais, dentre os quais 71 foram outorgados a cooperativas para melhorar o armazenamento de cereais, para refrigeração de carnes e laticínios e para instalações de comercialização de produção agrícola" (BID, 1979, pp. 48-50). Boa parte desses recursos foram repassados pelo Banco Central ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -, para o desenvolvimento e consolidação de produção de aves e suínos, através da integração contratual.

O aprofundamento da crise surgida em meados da década passada passou a influir gradualmente na política de crédito rural, em termos quantitativos e, principalmente, em seu redirecionamento no sentido de uma maior racionalização, ou seja, passou a haver uma maior busca da modernização da produção agropecuária, concomitantemente com a diminuição dos juros subsidiados (Avicultura Industrial, setembro de 1980, pp. 16-17). Mesmo assim, em 1980, o crédito rural equivalia ainda a cerca de 86% do produto líquido da agricultura.

De qualquer modo, se de um lado a elevação das taxas de juros e outras medidas de maior rigor na concessão de crédito, tendo em vista uma maior produtividade, pode dificultar o acesso de determinados segmentos da avicultura, de outro, isso não significa de imediato uma redução no

montante dos financiamentos.²⁷ Além disso, a restrição do crédito de comercialização às cooperativas não compromete a comercialização de produtos avícolas, visto que está a cargo das empresas processadoras, no caso da integração horizontal, que contam com outras fontes de financiamentos. No caso de integração vertical, por definição, não há comercialização entre produtor rural e empresa processadora.

Essa nova orientação do crédito rural, em especial a nova taxa de juros, provocou uma série de pressões por parte de "associações" vinculadas de alguma forma à produção agropecuária e cooperativas. O Governo justifica a nova política, fundamentalmente, em termos da necessidade de diminuir gradativamente os subsídios, elevar o preço da produção e uma melhor distribuição dos créditos aos produtores de menor porte. No caso do complexo avícola, a nova política levou a Associação Brasileira de Exportadores de Frangos e outras organizações a proporem mudanças específicas na regulamentação do crédito. Entre as principais, está a reivindicação de que a política de crédito considere as exportações brasileiras de frangos - que está dentro das metas do Governo - e a especificidade das produções capital-intensivas, como a avicultura, suinocultura e fruticultura, nas quais os investimentos fixos têm maturação longa. Por isso, as associações exigem que, enquanto os investimentos não têm retorno, não seja cobrada correção monetária, finas apenas os juros. Outra proposta apresentada é que, para as atividades de alta densidade econômica e pequeno valor agregado, como a avicultura, o critério para classificação dos produtores em mini, pequeno e grande não seja o valor bruto da produção, mas o valor agregado (A Granja, janeiro de 1980, pp. 64-65). De qualquer modo, as reorientações na política de crédito rural, ao que tudo indica, não reduzem substancialmente o montante global de financiamentos, ao menos no tocante ao crédito para custeio. A avicultura conta ainda com as vantagens de explícita prioridade para a pecuária leve e para as exportações. Segundo declaração da direção do Banco do Brasil: "A avicultura deve merecer atenção especial pela sua crescente importância na pauta de exportações brasileiras: oitavo lugar entre os produtos básicos com a estimativa de receita da ordem de 240 milhões de dólares este ano" (Avicultura Industrial, fevereiro de 1981, p. 29).

Os financiamentos e subsídios, no entanto, não se restringem à produção agropecuária. Nesse sentido o complexo avícola também exemplifica a interdependência entre acumulação e intervenção do Estado. O caso do complexo avícola em Santa Catarina esclarece esse aspecto. Por

²⁷ Segundo o responsável pelo setor de financiamentos agrícolas do Banco Itaú, essas mudanças podem provocar alterações na tomada do crédito pelos avicultores ("fazendo com que os mesmos passem a ser verdadeiros capitalistas"), na medida em que antes "os 15% (destinados ao crédito rural) eram disputados por qualquer produtor, grande ou pequeno, em suposta 'igualdade de condições', quando, na realidade as NPRs (Notas Promissórias Rurais) apresentadas para operações de desconto, dos grandes produtores, pela maior garantia oferecida por seus compradores, automaticamente os tornavam candidatos preferenciais aos empréstimos". Atualmente os "pequenos" e "médios" produtores teriam acesso garantido ao crédito (Avicultura Industrial, janeiro de 1981, p. 11).

possuir uma avicultura mais desenvolvida e estruturada e porque em geral os agentes financeiros operam através de programas, existe nesse Estado uma maior disponibilidade de informações sobre o crédito à avicultura.

Tratando-se, porém, de uma avicultura integrada horizontalmente e por contrato em sua maioria, o crédito ao complexo avícola industrial e aos produtores de aves em boa medida se confundem, o que dificulta seu exame separadamente.

De qualquer modo, já em 1976 o Cepa-sc concluía que "o desenvolvimento da avicultura no Estado está alicerçado no amplo apoio que tem recebido do Crédito Rural. A rede bancária oficial, bem como os bancos particulares, têm destinado à avicultura os recursos necessários à sua aplicação e aperfeiçoamento tecnológico quer no setor industrial, quer a nível do criador, na aplicação e custeio de novas unidades produtoras" (Cepa-SC, 1976, p. 29). O entrelaçamento entre o capital financeiro oficial e as empresas privadas abrange inclusive a forma de acesso aos financiamentos. "Empresas particulares atuam na comercialização de insumos e na elaboração de projetos para obtenção de financiamentos destinados à implantação de novas unidades produtoras e/ou custeio de projetos em execução" (idem).²⁸ No tocante ao crédito de investimento, o prazo para amortização conforme o banco, entre cinco e dez anos, e os agentes financeiros exigem para crédito ao produtor a hipoteca de um bem, além do aviário que está sendo financiado.

Em 1975, época do início do surto de crescimento, os agentes financeiros da avicultura catarinense foram: Banco do Brasil com quase 94 milhões de cruzeiros, representando cerca de 60,57% do total, num total de 619 contratos; Banco do Estado de Santa Catarina, com 30,6% do total de 149 contratos; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, com 9,37% do total. Conforme levantamentos do Cepa-SC nas regiões produtoras de aves, em 1975, o valor financiado para a avicultura nessas regiões atingiu 101,4 milhões de cruzeiros, com 630 planos de financiamentos aprovados. Em 1976 estima-se que houve um crescimento nos financiamentos superior a 40% em relação a 1975 (ibid., p. 31).

Já em 1978 o Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina financiou a avicultura em cerca de 20 milhões e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo destinou ao setor pecuário 93,5 milhões. O Banco do Estado de Santa Catarina, entre custeio e comercialização, aplicou mais de 333 milhões

²⁸ Conforme pesquisa, além do financiamento para o produtor, os frigoríficos têm exercido influência, ainda, na obtenção de crédito através do credenciamento junto ao Banco. Nos empréstimos para custeio, freqüentemente o Banco libera o financiamento diretamente ao frigorífico, após abonada a nota de suprimento pelo produtor. "O frigorífico quase sempre avaliza a operação de custeio do produtor. Os produtores integrados de aves têm apresentado dificuldades de pagamento das amortizações dos empréstimos bancários devido ao baixo preço pago pelo frango vivo. Entretanto, supõe-se que os produtores se mantêm nessa atividade imbuídos de um efeito monetário ilusório, sem saldos positivos e que lhes exige outras receitas para a sua manutenção ou, então, na expectativa de colher alguns resultados futuros após o pagamento da amortização dos equipamentos e instalações" (Cebrae/Ceag-SC, 1978, pp. 185-88).

de cruzeiros. "O BRDE tem atendido à avicultura principalmente com recursos de seus programas Pesac e BID, dos quais mais de 20% destinados ao financiamento de projetos avícolas. Em que pese às restrições creditícias observadas nos últimos anos, o BRDE liberou à avicultura, a partir de 1975, verbas no valor aproximado de 335 milhões de cruzeiros" (Avicultura Industrial, outubro de 1979, p. 45). Nessa mesma época o BRDE esperava receber novos recursos da ordem de 200 milhões para financiamentos à avicultura catarinense.

O maior projeto de financiamento e subsídio oficial ao complexo avícola catarinense, no entanto, parece ser o promovido pelo Cebrae/Ceag-SC. Em 1972 foi criado pelo Governo Federal o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, regulamentando o apoio oficial a determinados setores industriais. Com base na regulamentação - se bem que não observando à risca a definição de "pequena e média" empresas, por se tratar quase exclusivamente de "grandes" - o Cebrae, em conjunto com o Ceag-SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, Codesul - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, SIC, BRDE e Procape, formularam um programa de financiamento à avicultura e suinocultura em Santa Catarina.²⁹ O objetivo básico do programa é "(...) a promoção do desenvolvimento da Indústria de Frigoríficos de Carnes de Suínos e Aves de Santa Catarina, com vistas à dinamização deste segmento industrial e à conquista de uma maior fatia de participação no mercado nacional e internacional" (Cebrae/Ceag-SC, 1977).

Foram selecionados para o programa de investimentos, ampliação e modernização, 13 frigoríficos de suínos e 10 de aves. Geralmente os de suínos e aves fazem parte da mesma empresa. "Foram excluídos apenas estabelecimentos de porte muito reduzido ou em perspectivas de cessação de atividades." As principais metas do programa são promover "(...) a adequação das plantas às normas higiênico-sanitárias vigentes no país e requeridas no mercado internacional; a modernização dos frigoríficos quanto a processos e equipamentos, visando à adaptação a estruturas produtivas compatíveis com um maior aproveitamento econômico da matéria-prima, além de objetivar a eliminação de pontos de estrangulamentos internos e o ajustamento de lay-outs inadequados; e a ampliação da produção, tendo por metas passar de 1.275 mil cabeças de suínos e 50.250 mil de

²⁹ Cabe notar que projetos como esse não são uma particularidade da avicultura catarinense, embora esta esteja sendo tomada como modelo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, em 1976, por iniciativa do Governo Estadual, foi elaborado o Programa de Indústria de Carnes Suínas e Aves, também visando aumentar e melhorar a produção através da implantação de projetos integrados, melhoria técnica da indústria de transformação e assistência financeira (Sudesul) FEE, 1976. Nesse mesmo Estado, a partir do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, foram selecionadas 92 atividades consideradas agroindustriais, para as quais se previam investimentos de 7,5 milhões de cruzeiros entre 1975 e 1979 (Sudesul, 1976). Para Minas Gerais, o BDMG elaborou plano semelhante em 1980, especificamente para a avicultura, tendo em vista em especial a ampliação e modernização da indústria de abate de aves, com previsão de investimento de 2.250 milhões de cruzeiros (BDMG, 1980).

frangos, em 1975, para 2.257 mil de suínos e 102.450 mil de aves a serem abatidas em 1979" (ibid., p. 6).

Conjuntamente, "(...) são incluídas no programa as estimativas de investimentos necessários para a ampliação dos sistemas de fomento (integração horizontal) à produção de matéria-prima, propondo-se, como objetivos para 1979, a integração total da produção de aves, e 50% da produção de suínos a serem abatidos naquele ano" (ibid.).

Esse programa de financiamentos prevê prazos de carência até o período de maturação dos investimentos produtivos, de acordo com as condições de cada empresa. No caso de haver mais interessados que recursos ou, no caso de restrições, as prioridades são definidas conforme a acessibilidade à matéria-prima, eficiência econômico-financeira e as potencialidades técnicas da empresa. Quanto à origem dos recursos financeiros, o BRDE, na qualidade de agente financeiro, repassa os recursos das principais instituições oficiais de crédito, particularmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE e Banco Central do Brasil - Bacem.

3.2.2 OS PREÇOS ADMINISTRATIVOS

A intervenção do Estado na formação direta de preços relativamente ao complexo avícola é intensa, principalmente no caso dos preços dos produtos fanais. Em relação ao preço das matérias-primas originárias da produção agropecuária, as próprias empresas o administram de modo direto, especialmente quando se trata de integração por contrato. A atuação estatal, nesse caso, torna-se explícita e mais intensa nas situações de crises. Nas relações de compra e venda entre produtor integrado e empresa integradora, por definição, não existe mercado opcional e, portanto, os preços são estabelecidos "administrativamente". No caso dos produtores de aves integrados sem contrato, há a concorrência entre as diversas empresas compradoras pela matéria-prima, como sucede particularmente em Minas. Mas, nesse caso, as empresas tomam em geral como parâmetro os preços dos produtores integrados por contrato. Além disso, a centralização progressiva das indústrias - com a conseqüente divisão de áreas - e a relativa imobilidade do produtor rural reduzem suas opções de mercado.

Quanto ao estabelecimento dos preços dos insumos de origem industrial para o complexo avícola, a presença do Estado é constante, especialmente na criação das condições de produção, mais do que propriamente pela taxaço dos preços. Por outro lado, a intervenção na formação e negociação de preços sempre é mediada por uma ou mais associações de classe ou grupos de pressão. Tanto o direcionamento da intervenção quanto sua intensidade dependem da atuação e das forças desses grupos.

O condicionamento da formação de preços ao jogo das associações de classe abrange também as relações de compra e venda entre produtores rurais e empresas processadoras, se bem que em outras condições sociais. Nesse caso, entram em jogo especialmente as associações de criadores, entre outras, que conforme o caso, podem organizar um razoável grau de pressão. Um dos mecanismos básicos de intervenção do Estado, nessas condições, é o estabelecimento de preços mínimos, elaborados a partir de cálculos oficiais e sempre "negociados" com os agentes envolvidos. O preço do frango vivo foi incluído na política de preços mínimos através dos financiamentos dos EGF (Empréstimos do Governo Federal) no final de 1979. Foi estabelecido ainda pelo Conselho Monetário Nacional que a fixação do preço mínimo para o frango vivo é alterada para cada dois meses conforme o preço da ração (Avicultura Industrial, novembro de 1979, p. 4).³⁰

No condicionamento e formação de preços dos diversos componentes do complexo avícola, como referimos antes, entram em jogo as associações dos diversos blocos de capital e, no preço dos produtos finais para o mercado interno, as políticas de abastecimento e barateamento dos produtos alimentícios básicos. A partir de maio de 1976, a Sunab passou a controlar os preços da carne de aves. Esse órgão, vinculado ao Ministério da Fazenda, é encarregado das vendas, das exportações e importações etc. A Cobal atua como reguladora de mercado dos produtos alimentícios essenciais, podendo distribuir através de uma rede própria de lojas. Além disso, existem órgãos de poder decisório, como as Secretarias de Indústria e Comércio da Agricultura etc., a nível estadual, e o Conselho Interministerial de Preços, Secretaria Especial de Abastecimento e Preços etc., a nível federal, para onde convergem as pressões dos diversos grupos no sentido de condicionar a formação de preços. A intervenção desses órgãos pode ser direta, por exemplo, através de tabelamentos, ou pode se dar através de concessão ou retirada de subsídios, favorecimento fiscal, política de importação/exportação, formação de estoques reguladores etc.³¹

³⁰ Geralmente, as pressões dos criadores de aves, integrados ou não, são dirigidas contra a alta do preço dos insumos e a falta de um preço mínimo que cubra essa alta.

³¹ Por exemplo, em 1981, a Cobal lançou em Porto Alegre seu programa "Fração da Economia" através de sua "Rede Somar de Abastecimento". Para tanto foi assinado um contrato entre a Cobal e a Avipal, maior empresa produtora de carne de aves no Rio Grande do Sul. Ainda que com contrapressões de setores específicos, como os vinculados à distribuição, gestiona-se a ampliação de programas desse tipo. Aos interesses contrariados, o presidente da Cobal tranquiliza: "Para as classes produtoras e fornecedoras, quem sabe este seja um bom investimento a médio e longo prazos. Pois, fornecendo outros tipos de carne a preços realmente razoáveis para a maioria da população, famílias que não consumiam este produto, ou que faziam pouco, poderão fazer com mais frequência, modificando o tão famigerado hábito alimentar. Ou ainda, através de programas permanentes, planejar uma possível regularização do mercado em termos de oferta e procura." A organização que mais estava gerenciando para distribuir através da Cobal em 1980 era a Apa. A proposta era que a Cobal assumisse a transação e as empresas distribuíssem em seu nome, até que a "empresa já se acostumou e sente que não há mais risco de fornecimento. A coisa então segue por si só", segundo o presidente da Cobal (Avicultura Industrial, julho de 1980, pp. 12-15). Nessa mesma época, era proposta pelo Sindirações a criação de um "banco frigorífico" (Frangobrás) para absorver os excedentes de carne de frango no mercado, a fim de que esses excedentes não rebaixassem os preços e colocação "dessa carne nas situações em que sua utilização seria compulsória, como nos programas governamentais de alimentos e dentro das Forças Armadas"; campanhas publicitárias etc. (Dirigente Rural, janeiro de 1980, p. 20).

As formas mais usuais de intervenção governamental no preço de carne de frango e ovos é o tabelamento direto e o "acordo de cavalheiros", que consiste numa espécie de pacto entre a burocracia governamental e representantes dos setores envolvidos, no sentido de manter um determinado preço em troca de algumas concessões por parte do Estado. Como um dos elementos desses acordos ou tabelamentos é a tentativa por parte do Estado de não permitir uma elevação brusca dos produtos básicos de consumo, as associações dos representantes dos blocos de capital atingidos continuam a pressionar na busca de outras concessões. Algumas vezes esses acordos fracassam pelas pressões ou rompimentos por parte de setores específicos (Avicultura Industrial, julho de 1980, p. 20).

De qualquer modo, existe um aspecto básico de todo o comportamento do conjunto de forças que atuam na formação e estabelecimento de preços que distingue os produtores integrados e representantes das diversas esferas do capital. Os primeiros, em geral, pressionam por um melhor preço mínimo, quase sempre em relação aos preços dos insumos, ao passo que os representantes do grande capital, como frigoríficos e fábricas de rações, atuam no sentido de que não sejam tabelados os preços dos produtos finais, mas que o Governo crie condições de produção e aumento de consumo, via de regra em nome da "lei de oferta e procura", que deveria funcionar livremente. É nesse sentido que uma das estratégias básicas da indústria de transformação e de rações é somente aceitar interferências governamentais na medida em que sejam concedidas outras vantagens nas condições de produção e realização. Assim, em compensação às intervenções que possam restringir os lucros, como tabelamento dos preços finais, recriam-se mecanismos que modifiquem as condições de produção e realização.³²

Na produção de frangos de corte e na formação de preços de produtos finais a atuação do Estado é menos intensa, pela relativa competitividade desse tipo de carne em relação às demais, pelo menos nos últimos anos, e pela possibilidade de exportações apoiadas pelas políticas governamentais. Ao contrário, na avicultura de produção de ovos, por possuir menores condições internacionais para exportação e por ser um produto alimentício básico, a interferência governamental no estabelecimento do preço ao consumidor tem sido mais intensa, o que provoca

³² Um dos casos típicos ilustrativos de criação de condições de produção e realização para o capital vinculado à produção de carnes é o apoio do Estado no setor de armazenamento, ilustrativo também do intercruzamento entre capital privado e estatal. Hoje, uma câmara de 40.0003 de capacidade (7 mil toneladas de frangos ou 10t de carne bovina) exige um investimento acima de 320 milhões de cruzeiros. E o retorno do capital aplicado é muito lento. Porém, havia necessidade de se formar uma infra-estrutura para o futuro, em termos de guarda de produtos da agricultura. E o Governo financiou a iniciativa privada, financiando a construção de grandes armazéns frigoríficos (empresa privada de prestação de serviço). Obviamente, o Governo deixou de se preocupar com o armazenamento a frio, mas a responsabilidade foi dividida com aqueles que realmente desejavam melhorar as condições de estocagem de alimentos e lucrar com essa atividade (Atualidades Agropecuárias, julho de 1980, p. 10).

reações por parte dos setores atingidos. Nesse caso, porém, a participação da indústria de transformação é mínima, o que contribui para o enfraquecimento das pressões.

Uma das maneiras de compensar esses tabelamentos está no apoio governamental às associações vinculadas ao complexo avícola, no sentido de ampliar o mercado interno. Essas campanhas foram intensificadas inicialmente no Paraná e em São Paulo pelas associações vinculadas à avicultura e apoiadas pelas Secretarias de Estado e visam aumentar a venda no mercado interno através de mudança nos hábitos de consumo (A Granja, março de 1981, p. 22). Outra forma utilizada para ampliar o mercado interno é, por exemplo, o estímulo por parte do Governo ao consumo institucional.

Ainda que indiretamente, o Estado condiciona a formação dos preços através da regulamentação e fiscalização de normas higiênico-sanitárias. Essa normalização implica a adoção de um determinado patamar e padronização da produção e, portanto, de custos da produção e pode servir como reorientação do mercado consumidor, além de eliminar empresas sem condições de cumpri-la. Por isso, qualquer alteração na regulamentação em vigor, em geral, provoca uma série de atritos entre agentes envolvidos. Para se ter uma idéia da heterogeneidade da indústria processadora em relação às normas higiênico-sanitárias, pode-se tomar, por exemplo, o caso de São Paulo, onde, segundo o diretor do Dipoa: "Quanto às indústrias de abate de carne de aves no Estado de São Paulo, recebemos no Dipoa um apoio fantástico em relação às medidas aplicadas aos estabelecimentos que não tenham condições de abate, enquadrados na referida lei. Existe um plano de afastamento e gradual substituição desses estabelecimentos (...). Atualmente, são apenas dez abatedouros de carne de aves que possuem instalada a federalização, e mais dez em via de serem federalizados. De um total de quase 500 estabelecimentos que levantamos com uma pesquisa, apenas 16 abatedouros em São Paulo foram considerados recuperáveis pelo Dipoa para receberem a inspeção federal. Portanto, podemos verificar que a esmagadora maioria receberá ordem de fechamento" (A Granja, janeiro de 1975, pp. 21-22).

Em 1978, o Ministério da Agricultura, através da Portaria 974/78, procurou traçar normas para fiscalização dos estabelecimentos avícolas. Essas normas contrariavam em alguns aspectos os interesses das empresas do setor e, após muitas gestões e pressões da UBA e outras associações junto ao Ministério e à Secretaria Nacional de Defesa Animal, foram alterados os itens em desacordo (Avicultura Industrial, outubro de 1979, pp. 24-25).

Em síntese, a intervenção estatal na formação dos preços em relação ao complexo avícola é intensa, ainda que em boa medida seja indireta e não atue apenas em relação aos preços em si, mas na formação das condições de produção e mercado.

3.2.3 A POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO

A política de exportação, tanto em relação ao complexo avícola quanto às demais linhas de produção, é complementar aos demais mecanismos de intervenção estatal, visto que esses mecanismos são multilaterais e interdependentes, embora atinjam assimetricamente os diversos grupos de interesses. Para o complexo avícola, especificamente, a política de exportação constituiu-se num esteio básico de atuação do Estado na formação de mercados e, portanto, nas condições sociais da lucratividade.

A partir de 1964, e particularmente no período pós-1967, a política de exportação passou a ser um dos complementos básicos dos incentivos à produção agropecuária e agroindustrial. De "acordo com a política governamental, passaram a ter prioridade os empréstimos destinados à implantação de projetos integrados, à utilização de sementes selecionadas, adubação e correção dos solos, emprego de maquinaria enfim, ao aproveitamento imediato de todos os recursos que a moderna tecnologia oferece, com a finalidade de aumentar o rendimento unitário das lavouras" (Banco do Brasil, 1975, p. 5). Essa política de incentivo ao aumento da produtividade está diretamente vinculada aos incentivos às exportações e à própria internacionalização da economia brasileira.³³

A política de incentivos às exportações provocou a reestruturação dos organismos oficiais e seu reaparelhamento, passando a ser instalada ou modificada uma série de mecanismos e subsídios.³⁴ Na reorganização da Carteira de Comércio Exterior - Cacex, do Banco do Brasil, foram criados os Comitês de Exportação, entre os quais o Comitê de Carnes e Derivados. "Esses comitês, sob a presidência da Cacex, reúnem representantes do Poder Público - federal e estadual -, e das associações de classes produtoras, industriais e exportadoras" (Banco do Brasil, 1975, p. 20).

Um dos aspectos básicos da política brasileira de exportações, de importância particular para o complexo avícola, é a política de incentivo às exportações de produtos manufaturados ou beneficiados, juntamente com o apoio ao capital externo e ao equilíbrio do balanço de pagamentos. É objetivo explícito, desde a década passada, a "diversificação da pauta de exportações, em especial ênfase na expansão de duas categorias capazes de competir com a posição do café: a de produtos

³³ Sobre os conflitos e limites das políticas agrícolas, especialmente a partir de 1980, que terão de dar conta de metas conflitantes como o aumento da produção de alimentos, das exportações e energética (álcool), ver Homem de Melo, 1980.

³⁴ Em 1979, por exemplo, as operações do Banco do Brasil "(...) de financiamento à exportação acusaram um saldo de 72,9 bilhões de cruzeiros" (Banco do Brasil, 1980, p. 35). Em 1980, o volume de subsídios implícitos nas exportações passou de 36 milhões de cruzeiros e em 1981 elevou-se para cerca de 158 milhões, ou seja, 341,4%. Além disso, há o crédito rural subsidiado que se destina à produção agropecuária para exportação, equivalente a 203 bilhões e 100 milhões de subsídios, implícitos nos empréstimos de 1980, e 455 bilhões e 800 milhões de cruzeiros em 1981, com um acréscimo de 124,414 (Follia da Tarde, 19 de junho, 1981, p. 33).

manufaturados e a de minérios (produtos agrícolas não-tradicionais)" (Ipea, 1974, p. 19).

A expansão da produção e exportação de produtos avícolas, particularmente de frangos, se inscreve nesse processo de internacionalização da economia brasileira, com uma forte participação dos aparelhos estatais na criação das condições sociais de produção e realização, onde intervém o mercado externo. Por outro lado, o complexo avícola se vincula ao mercado externo através da importação de capitais e insumos sofisticados, em especial através dos setores de insumos químico-veterinários e genéticos, o que de certa forma influencia a política de exportação/importação.

De qualquer modo, como resultado de determinadas condições de produção, tais como moderna tecnologia, mão-de-obra e renda fundiária a baixo preço, custo, internacionalização da economia brasileira e apoio às políticas de exportação, os produtos avícolas tiveram um acelerado incremento nas exportações. No tocante ao mercado interno, a expansão do consumo está vinculada às dificuldades de abastecimento de carne bovina e à capacidade de resposta da avicultura, por ser uma produção de ciclo curto e que não requer grandes quantidades de área de terra nem está sujeita aos mesmos riscos, se bem que conte com um custo relativo de produção elevado.

Entre 1978 e 1980, a avicultura de corte no Brasil cresceu em tomo de 21,2% ao ano. Estima-se que em 1980 houve um crescimento superior a 25%. Nesse ano, foram exportadas cerca de 140 mil toneladas através da Unef e de tradings estatais e particulares. De acordo com a Cacex, as exportações de carne de frango tiveram um crescimento de 153% em 1980, representando um total de 155 milhões de dólares de divisas, esperando-se o mesmo crescimento em 1981. Nesse mesmo ano, segundo a Abef, do total estimado de 1.500 mil toneladas a serem produzidas, cerca de 260 mil serão exportadas. Desse modo, a participação brasileira no mercado externo aumentará de 13% para 20%, num total de 325 milhões de dólares, contra 81 milhões de dólares em 1979. Isso preocupa a Abef, na medida em que o Brasil desloca os principais países exportadores de frangos (EUA, Holanda e Alemanha), que são também os fornecedores de material genético (A Granja, janeiro de 1981, p. 12).

3.2.4 PESQUISA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A pesquisa e assistência técnica são interdependentes, estão vinculadas ao capital externo, às empresas integradoras, à intervenção estatal e se constituem num dos instrumentos básicos do aumento da produtividade e reorganização da produção. Contudo, a participação desses elementos, em especial o grande capital e o Estado, varia na medida em que se trata de pesquisa ou assistência técnica e, inclusive, no decorrer do processo de consolidação do complexo avícola.

A pesquisa e produção tecnológica, particularmente as relacionadas a material genético e

insumos químico-veterinários sofisticados, estão estreitamente ligadas ao grande capital internacional, sendo um dos elos básicos da internacionalização do complexo avícola, como foi visto anteriormente. A pesquisa de controle genético está a cargo quase exclusivamente dos maiores centros internacionais do capital e é importada juntamente com boa parte da tecnologia de manejo e de organização da produção. Já a tecnologia sofisticada de produção de insumos químico-veterinários, embora seja também produzida essencialmente nos centros tecnológicos mundiais, em sua maior parte é produzida pelas empresas instaladas no Brasil, como foi visto no primeiro capítulo. Por ser um setor industrial já consolidado internamente e ao mesmo tempo altamente internacionalizado, a transferência de tecnologia nesse caso é feita através das relações entre empresas filiais com as matrizes. Em outros termos, a transferência de tecnologia sofisticada se dá juntamente com a transferência de capitais e no relacionamento entre a empresa instalada e a matriz.

Desse modo, a atuação do Estado nesse setor é essencialmente subsidiária e complementar. Sua atuação, no entanto, amplia-se em conjunto com as empresas integradoras, pela própria dinâmica do complexo avícola e pela importância que possui no conjunto das políticas oficiais. Mesmo que tenda a se intensificar, a ação do Estado se caracteriza por centrar-se na assistência técnica, ou seja, no acompanhamento da aplicação tecnológica e, num segundo plano, na adaptação da tecnologia já desenvolvida, atingindo apenas tangencialmente a pesquisa mais sofisticada.

Ainda que complementar, a atuação do Estado tendeu a se intensificar a partir dos anos 1970. Em boa parte em virtude da insuficiência da expansão horizontal da agropecuária para a fronteira agrícola para dar conta do abastecimento interno e exportações, e da pressão do moderno capital vinculado à agropecuária no sentido de aumentar a utilização de insumos modernos e elevação da produtividade física. Houve simultaneamente um reaparelhamento dos organismos oficiais de assistência técnica, maior apoio financeiro oficial e definição de uma política claramente voltada à adaptação tecnológica e abandono de qualquer pretensão de criação tecnológica. Conforme o Presidente da Embrapa, de 1972 a 1980 o Governo multiplicou por 30 a quantia investida em pesquisa. Contudo, sua função básica "(...) não é contribuir para novas teorias científicas nem criar modelos. Seu objetivo é utilizar o conhecimento científico existente para gerar conhecimento tecnológico." Conforme seus planos, isso seria feito em colaboração mútua com a pesquisa privada. Nesse sentido, a produção de aves e suínos seria o exemplo a ser seguido (Avicultura Industrial, agosto de 1980, pp. 17-19). Essa estratégia de adaptação tecnológica em colaboração com a pesquisa privada se dá em boa medida pela estreita vinculação de organismos oficiais, como a Embrapa, aos centros internacionais de pesquisa. Essa interação é feita através de importações de resultados de pesquisas e experimentos, intercâmbio de pessoal técnico, estudos etc. (Embrapa, 1979-80).

Na década de 1970 foi quando os investimentos oficiais em pesquisa e assistência técnica mais se acentuaram. No tocante à Embrapa, no período 1974-78, a participação direta em projetos evoluiu de 552 para 2.557, além da contribuição na implantação e consolidação,

de 11 centros nacionais de pesquisas de recursos (genética, cerrados, trópico úmido, trópico semi-árido), do Centro de Tecnologia de Alimentos e dos serviços nacionais (sementes básicas e solos), além de 17 unidades de pesquisa de âmbito estadual. A ação coordenadora da Embrapa se fez sentir no trabalho articulado com nove empresas estaduais de pesquisa, já instaladas, e sete programas integrados com secretarias de agricultura (Suplan, 1979, p. 23).

Ao mesmo tempo foi ampliado o número de municípios atendidos pela assistência técnica da Embrapa, de 2.340 em 1973 a 3.100 em 1978, aumentando seu quadro de técnicos de 5.197 para 9.642 e elevando o número de produtores atingidos de 240 mil para 820 mil, no mesmo período. O orçamento do Ministério da Agricultura, nesse período, cresceu em 99%. Os organismos que tiveram maior crescimento nas aplicações foram a Embrapa (265%), Embrater (203%) e Cibrazem (210%), com receitas provindas de recursos orçamentários e de programas especiais (ibid.).

Em 1974, com a atenção voltada especialmente para a difusão de tecnologia em articulação com a Embrater, a Embrapa definiu 700 sistemas de produção para vários produtos de criações, para as diferentes regiões brasileiras. Desde então, foram realizadas reuniões que contavam com a participação de 800 pesquisadores, 1.000 agentes de extensão e 1.200 produtores selecionados. Quanto à realização de pesquisas específicas, foram feitas algumas para a produção de arroz, bovinos, feijão, hortaliças, mandioca, milho, seringueira, caprinos e ovinos, soja, sorgo e trigo.

Para a extensão rural foi criada em 1975 uma nova empresa pública, a Embrater, que substituiu a Abcar. Já para o esforço concentrado, "significando ação seletiva, segundo prioridades que direcionam todos os programas e projetos do sistema" e sua vinculação aos objetivos governamentais, foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural Sibrater, em 1975, que atua articuladamente com a Embrater. O Sibrater, "através de empresas vinculadas, vem concentrando suas ações em produtores associados às prioridades estabelecidas pela programação setorial da agricultura; as ações diretas se concentram em determinadas zonas, de modo a permitir o caráter maciço e em profundidade da assistência técnica; as ações obedecem a critérios claros e objetivos para estratificação dos produtos assistidos, diferenciando-os em público de média e alta renda e público de baixa renda, aos quais se procura aplicar modelos de ação específicos e adaptados" (ibid.). Outra estratégia do Sibrater, Embrapa e Embrater é a utilização do crédito rural orientado, em convênios com agentes financeiros públicos e privados, como instrumento de transferência de tecnologia ao produtor rural. De 57 mil planos elaborados em 1974, esse número evoluiu para 135 mil em 1978, equivalente a 13.103 milhões de cruzeiros, com um

crescimento de 355% no período. No sentido da utilização do crédito rural como transferidor de tecnologia existe pressão também dos setores financeiros. Frequentemente, os bancos e suas associações enfatizam a necessidade de uma vinculação mais estreita entre o crédito rural e a adoção de uma "moderna tecnologia" (A Granja, agosto de 1977, pp. 29-30).

No caso do complexo avícola industrial também a assistência técnica oficial é complementar à assistência técnica privada. Ela é por definição de natureza seletiva. Mas, na avicultura industrial e formas de produção semelhantes, é seu próprio caráter de produção agropecuária integrada e comandada pelo grande capital que desloca a assistência técnica oficial no tocante à pesquisa e assistência técnica. Ela é exercida especialmente através do financiamento e da criação das condições de produção e realização e, portanto, também do desenvolvimento tecnológico pelo capital integrador.

O próprio crescimento da assistência técnica oficial e do próprio complexo avícola tende a criar ou reforçar organismos regionais que aprofundam a pesquisa e assistência técnica, complementares à ação direta do capital integrador. Assim, por exemplo, em Florianópolis, em 1980, em reunião entre representantes do Ministério da Agricultura, universidades, instituições estaduais de pesquisa, indústrias de carnes e rações, Abef, extensão rural, CNPSA (Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves/Embrapa) e produtores, "foi elaborado um documento básico, visando identificar os principais problemas a serem estudados e respectivas prioridades. Segundo o Programa Nacional de Pesquisa em Aves, existem oito áreas prioritárias para pesquisa: melhoramento, sanidade, nutrição, fisiologia, manejo, tecnologia e comercialização de produtos avícolas, economia e sistema de produção". Para esse órgão, a avicultura é o setor agropecuário de "melhor aporte tecnológico e maior potencial produtivo, a única em condições de responder, a curto prazo, a qualquer estímulo de demanda de proteínas". De qualquer maneira, o PNP/Aves acredita que são favoráveis as tendências nos mercados interno e externo. Destaca que se tornou necessária a conjugação dos esforços dos diversos órgãos atuantes nas áreas de pesquisa, extensão e crédito, entre outros, visando prover a exploração das condições necessárias ao seu desenvolvimento.

As metas gerais do programa são: aumentar a produção, preferencialmente via elevação da produtividade; melhorar a qualidade do produto pela classificação, armazenagem e transporte adequado, através de equipamentos e máquinas específicas; e aumentar a receita dos produtores através da diminuição dos custos de produção pelo melhor manejo e controle gerencial. (...) Já os objetivos da pesquisa incluem: identificar e avaliar física e economicamente os sistemas de produção de aves existentes nas diferentes regiões brasileiras; elaborar, implantar e testar sistemas de produção de aves no próprio CNPSA ou em propriedades particulares; desenvolver estudos sobre problemas considerados limitantes ao desenvolvimento da avicultura. A médio e longo prazos, pretende-se obter linhagens comerciais de aves para postura e corte; determinação da prevalência e distribuição das principais doenças das aves no Brasil e estudo de métodos de profilaxia e controle; avaliação química e biológica dos alimentos e dos oxigênios nutricionais (...)

etc. (Avicultura Industrial, dezembro de 1980, pp.52-53).

A pesquisa referente à avicultura hoje restringe-se basicamente à adaptação tecnológica de manejo e nutrição. Essas pesquisas estão a cargo de universidades e centros de pesquisa. A médio prazo a Embrapa pretende desenvolver pesquisas sobre genética (Embrapa, 1981).

O Centro Nacional de Pesquisa foi criado por ação governamental, por solicitação das associações de criadores em 1980, em Santa Catarina. Nesse mesmo ano entrou em funcionamento também o Instituto Nacional de Defesa Animal, visando dar assistência técnica à avicultura e a todo o setor de produção animal (A Granja, outubro de 1978, p. 55). Linhas de produção como a avicultura industrial, comandada econômica e tecnicamente pelo grande capital e complementada pela ação do Estado, tendem a atingir um grau de desenvolvimento tecnológico e de produtividade do trabalho semelhante aos mais altos índices internacionais. A assistência técnica intensa e direta e a adoção de patamares técnicos mais elevados, com garantia de recursos financeiros, resultam, por sua vez, na reorganização da produção e resseleção dos produtores.

3.3 ASSOCIATIVISMO, REPRESENTAÇÃO E EXERCÍCIO DO PODER

Guardando-se as proporções e especificidades, a representação e exercício do poder com relação a um setor como a avicultura industrial é análoga ao do conjunto do grande capital em geral e aos blocos de capital hegemônico. As principais especificidades são decorrentes da vinculação da avicultura à agropecuária e, portanto, das peculiaridades das formas de transformação social nesse setor, por exemplo, das formas de integração. O fato de o complexo avícola relacionar-se à produção agropecuária acrescenta-lhe determinadas particularidades no exercício do poder, especialmente quando se trata de integração horizontal. Isso porque esse tipo de integração pressupõe a subordinação e seleção do campesinato a ser integrado e, para tanto, envolve de maneira mais direta e intensa mecanismos de controle "extra-econômicos".

Para exemplificar a analogia entre as formas de exercício do poder entre blocos do grande capital e o complexo avícola industrial, pode-se contrapor a Fiesp às associações "vinculadas à avicultura descritas a seguir". Segundo seu presidente, ao falar para representantes do Estado-Maior das Forças Armadas em 1981, a Fiesp

está permanentemente imobilizada, através do diálogo e da firme tomada de posições com relação a todos os assuntos que dizem respeito à Nação. Por isso (...) a Fiesp considera-se legítima interlocutora do Governo, ao representar e defender a empresa privada do setor industrial, em todos os seus níveis. (...) Enquanto empresários, somos protagonistas privilegiados da emancipação nacional. Queremos, portanto, através da Fiesp, ser consultados antes das tomadas de posições que direta ou indiretamente possam afetar o setor industrial e toda sociedade (Jornal do Comércio, 13 de maio de 1981, p.9).

A exemplo do capital representado pela Fiesp, os diversos ramos que constituem o complexo avícola industrial articulam-se e se entrelaçam com os aparelhos e instâncias do Estado. Ao se entrelaçarem na busca da racionalização e orientação da acumulação, buscam igualmente a realização dos interesses gerais, isto é, a viabilização político-institucional e ideológica dessa acumulação.

É por isso que é praticamente impossível a apreensão de qualquer política específica para o complexo avícola como crédito, subsídios, política de exportação, administração de preços, em suas razões mais profundas, sem se fazer referência à rede de "associações" que medeiam os diversos interesses específicos dos diferentes ramos e blocos de capital e as instâncias decisórias do Estado. Ainda que essas "associações" se diferenciem quanto à maior ou menor ênfase em um ou outro aspecto em seus objetivos imediatos, a atuação no sentido da criação das condições sociais da acumulação num setor ou ramo específico não está dissociada da criação das condições político-institucionais para a reprodução global do padrão de acumulação. De qualquer maneira, as relações entre os diversos componentes do complexo avícola industrial e o Estado são mediadas por uma vasta e complexa rede de associações e órgãos públicos que atuam nos mais diversos níveis. A seguir analisaremos as principais associações envolvidas no complexo avícola industrial, suas vinculações com organismos oficiais e algumas de suas especificidades ou campo básico de atuação.

3.3.1 ASSOCIATIVISMO DO CAPITAL

A nível nacional, uma das principais organizações que articulam os interesses vinculados à avicultura industrial é a UBA, União Brasileira de Avicultura. Foi fundada em 1963, sendo, portanto, relativamente recente, a exemplo da maior parte das associações ligadas à avicultura industrial. Além de atuar a nível nacional, a UBA se propõe como uma organização "representativa" de todos os setores e ramos abarcados pelo complexo avícola industrial. Sua Diretoria Setorial é composta pelos setores de produção de ovos, produção de frangos de corte, produção de matrizes, produção de pintos de um dia, abatedouros e frigoríficos, cooperativas, equipamentos veterinários, rações, comércio de produtos avícolas, técnico e de exportação.

Evidentemente, não precisa ser enfatizado seu caráter corporativo.³⁵

³⁵ O'Donnell define o corporativismo correspondente ao Estado burocrático autoritário como sendo "bifronte" e "segmentário". I "bifronte" por conter simultaneamente o componente "estatizante" e "privatista". O componente "estatizante" "(...) consiste na 'conquista' por parte do Estado, e conseqüente subordinação a este, de organizações da sociedade civil. O outro é 'privatista', na medida em que consiste, pelo contrário, na abertura de áreas institucionais do próprio Estado à representação de interesses organizados da sociedade civil". "Além de bifronte, o corporativismo é 'segmentário'; seu funcionamento real e seus impactos diferem sistematicamente segundo clivagens determinadas em grande medida pela classe social." (...)

Apenas para destacar, podem-se tomar, por exemplo, os setores de produção de ovos e produção de frango de corte e cooperativas. A avicultura industrial no Brasil está organizada fundamentalmente sob a forma de integração horizontal e, portanto, com a produção agropecuária a cargo do campesinato integrado, especialmente no Sul. Sem falar no caráter seletivo e de subordinação à empresa integradora que essa integração significa, os produtores camponeses "canalizam" seus interesses juntamente com o mesmo capital que os subordina. Poder-se-ia pensar que, por se tratar de camponeses e, portanto, de trabalhadores rurais, os produtores integrados teriam outros canais de expressão de seus interesses. Contudo, por força do corporativismo da própria legislação sindical, como mostramos mais adiante, o meio de representação política efetiva desses camponeses se restringe a organizações tipo UBA. Além da legislação e estruturação corporativista que caracterizam os sindicatos, os mesmos se regem pela mesma lógica e "racionalidade" que as organizações "empresariais", ou seja, estritamente dentro da dinâmica da acumulação, por força de sua própria estruturação. Essa forma de representação de interesses como a da UBA é complementar, no caso da integração horizontal, à ação da própria empresa integradora, visto que esta passa a efetivar e, concretamente, a ser "representante" dos interesses dos integrados, enquanto empresa, ou através das "associações de criadores", de forma análoga ao que acontece com o "cooperativismo empresarial" formado em boa medida por camponeses (Coradini e Fredericq, 1982).

Outro aspecto que a composição da Diretoria Setorial da UBA evidencia é o intercruzamento entre associações de classe patronais.³⁶ Praticamente todos os setores representados na UBA compõem outras associações, de caráter mais específico ou intersetorial, algumas das quais alinhamos a seguir. Quase sempre um mesmo representante de um determinado ramo participa de uma série de outras associações empresariais. Tendo como objetivo permanente a filiação de outras

"O caráter bifronte e segmentário desse corporativismo implica que o conteúdo principal da vinculação mediante seu componente estatizante seja o de controle sobre o setor popular. (...) Por outro lado, um dos componentes do corporativismo privatizante é o da representação de interesses ante o Estado (sobretudo devido, entre outras razões, ao viés introduzido pelo componente estatizante) das classes e setores dominantes da sociedade civil. Mas também existe nesse plano um componente de mútuo controle, que pode ser visualizado em complexas interpenetrações entre esses setores e o Estado BA" (O'Donnell, 1976, pp. 3-4).

No caso em questão trata-se fundamentalmente de organizações civis e portanto de corporativismo "privatista". Porém, ao executarem políticas conjuntamente com órgãos públicos, através, por exemplo, de "grupos de trabalho", essas associações "trazem" componentes estatais para dentro de si através do entrecruzamento.

Cabe enfatizar o caráter "segmentário", na medida em que, numa estrutura de representação de interesses como a que está em questão, efetivamente todas as classes e agentes sociais envolvidos com o complexo avícola industrial, ao terem seus interesses mediados pelas "associações" empresariais, apresentam-se exclusivamente enquanto "empresários".

³⁶ Conforme o artigo segundo de seu estatuto, a "UBA não tem qualquer finalidade comercial ou fins lucrativos, sendo seu objetivo colaborar para o desenvolvimento da avicultura nacional, através da união e do fortalecimento de todos os setores, entidades, empresas e pessoas ligadas à produção, à industrialização, à comercialização, ao ensino, à pesquisa e divulgação". UBA (s/d)

associações, como a Apinco (Associação dos Produtores de Pinto de Corte), Unac (União dos Avicultores de Corte) e as associações de caráter regional e/ou atuação conjunta, a UBA aumenta na prática as tensões internas, pela contraposição de interesses imediatos específicos (Realidade Agroavtcola, maio de 1980, p. 29).

Mas o entrelaçamento que mais diretamente interessa aqui é com os organismos oficiais. Estatutariamente, compete à UBA colaborar com os poderes públicos, como órgão especializado e técnico-consultivo, no estudo, equacionando as soluções dos problemas que se relacionam com a avicultura, visando ao seu aperfeiçoamento e ao de todos os seus setores (UBA, s/d). Além da gestão permanente junto aos órgãos oficiais, uma outra forma de "colaboração com os poderes públicos" são os "grupos de trabalho", compostos por representantes da associação e dos órgãos oficiais.

Por exemplo, as prioridades no plano de trabalho da diretoria de 1981 foram montadas para serem desenvolvidas

(...) numa ação conjunta com as entidades especializadas em setores específicos de representação, como a Apinco, a Abef, a Anfar, o Sindirações, o Sidan, além dos órgãos oficiais de pesquisa e os vinculados à política de crédito, fiscalização, fazenda e previdência social. Entre estas prioridades, segundo a diretoria, constavam alterações da incidência do ICM no comércio interestadual de matéria-prima, compulsoriedade no recolhimento do Proagro, definição da inspeção e fiscalização sanitárias, a questão do Funrural que não atrai mão-de-obra, incentivos às exportações, campanhas de aumento do consumo interno, elaboração de estatísticas etc. Neste mesmo ano, uma das prioridades era também a implantação de uma unidade de apoio em Brasília, contratando um executivo, a fim de manter um suporte político nas principais esferas de Governo (Realidade Agroav(col), maio de 1981, p. 5).

Em 1980, "por solicitação do Governo", foi criado um grupo de trabalho do qual a UBA fez parte para, com reuniões mensais, "acompanhar de perto o desenvolvimento do setor". Nesse mesmo ano, levantamentos sanitários da avicultura realizados pela UBA e apresentados à Secretaria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura resultaram na formação de um "grupo de trabalho" composto por representantes do Ministério da Agricultura, Embrapa, UBA, Sidam (Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas) e Instituto Biológico de São Paulo (Realidade Agropecuária, novembro de 1980, p. 14). Em sua atuação de caráter mais técnico-informativo, a UBA promove anualmente o Congresso Brasileiro da Avicultura, com participação das Organizações filiadas, órgãos oficiais, empresas e técnicos da avicultura. Além disso, a exemplo de outras associações, como a Apinco, realiza levantamentos estatísticos periódicos para previsão e controle de mercado.

Para se ter uma idéia da influência de organizações dessa ordem na formação de políticas, pode-se tomar como exemplo a atuação da UBA junto ao Governo, na regulamentação das normas higiênico-sanitárias, em 1980. Segundo seu presidente,

quanto à complementação da famosa portaria 974, praticamente 99% das indicações que fizemos por intermédio da UBA ou do grupo de trabalho do Congresso de Belo Horizonte foram aceitas pelo Governo. Nós estamos agora enviando todos os elementos do departamento técnico da UBA para que a portaria seja relida. Queremos saber se o 1% modificado pelo Governo não é do interesse da avicultura. Neste caso, voltaremos a trabalhar para que seja modificado o projeto do Governo. (A Granja, janeiro de 1980, p. 63).

Cabe destacar que numa situação de estreita vinculação com os aparelhos estatais e ramificações interassociações, os efeitos da atuação de uma organização como a UBA e outras associações empresariais não resultam estritamente de pressões abertas e tomadas de posições explícitas. A própria presença integrada e constante permite o diagnóstico conjunto entre órgãos oficiais e organizações classistas, para a tomada antecipada de posições e a articulação de mecanismos e rearranjos que permitam o cálculo antecipado das condições de reprodução do capital, sua lucratividade, bem como os possíveis conflitos intersetoriais na apropriação dos excedentes.³⁷ Mais adiante mostramos a diferença, em relação a esse aspecto, com as "associações de trabalhadores", sindicatos rurais etc.

Outra característica desse tipo de associativismo é a pressão no sentido de o Estado garantir condições de lucratividade, através da intervenção por meio de uma série de mecanismos, como administração de preços, subsídios etc. Quando essa lucratividade está ameaçada ou diminui por uma série de razões, entre elas a intervenção do Estado através do tabelamento, a bandeira de luta dessas associações passa a ser a defesa da "lei de oferta e procura". Implícita a esse comportamento está a estratégia de atuar no sentido de que o Estado crie as condições de lucratividade através da criação das condições de produção e só interfira no preço final em casos excepcionais.³⁸

³⁷ Conforme seu presidente, a "UBA se propõe portanto a tentar se organizar antes que surjam os problemas. (...) Já estamos detectando as coisas antes que surjam, e com unia atuação na maioria das vezes discreta - principalmente junto à área governamental - estancos conseguindo a solução da maioria dos problemas" (A Granja, janeiro de 1980, p. 64). Conforme O'Donnell, as "limitações de atenção e de processamento da informação determinam que, para que as instituições do Estado dêem conta de um problema, alguém deve colocá-lo 'de fora' ou que de 'dentro', (...) alguém o defina como tal. Está muito distante das consciências dos sujeitos sociais e, mais ainda, da agenda de problemas das instituições estatais, abranger 'tudo o que interessa'. A capacidade de colocar um problema ou de definir uma situação como crise significa poder. Mais precisamente, supõe contar com recursos consideráveis de dominação" (O'Donnell, 1981, pp. 88-89). Os "períodos de escassa atividade em que essas associações não são muito mais que unia fachada podem ser não tanto lapsos, nos quais o Estado se impõe sobre a burguesia, mas aqueles em que o excelente acesso de que goza a níveis menos agregados e seu acordo com as diretrizes gerais da política vigente tornam desnecessário outro papel para estas associações" (id., 1976, p. 52).

³⁸ Em seu relatório de 1979, por exemplo, sobre a questão da exportação de farelo de soja e seu tabelamento pelo Governo, consta que a "este respeito a UBA dirigiu-se ao Ministério da Agricultura, defendendo a liberdade de mercado para garantir o abastecimento de farelo de soja para a avicultura. Continuou nossa entidade a bater-se por mercados livres, não só dos produtos avícolas, mas também dos insumos necessários para produzi-los". Por outro lado, graças à "atuação da União Brasileira de Avicultura foi possível no ano passado à avicultura contar com o milho necessário para o seu abastecimento, e por preços inferiores aos vigentes no mercado. Desejamos deixar aqui consignada a valiosa cooperação do Ministério da Agricultura através da Comissão de Financiamento de Produção". Além disso, nesse mesmo ano foi firmado um convênio, através da UBA, entre o Ministério da Fazenda e as Secretarias da Fazenda dos

No tocante a definição das políticas de exportação de produtos avícolas, a principal organização é a Associação Brasileira de Exportadores de Frangos - Abef, que passou a ter uma atuação destacada, inclusive, porque o desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos se constitui num dos elementos básicos da crise do padrão de acumulação. Essa situação contribui para uma vinculação mais estreita entre a Abef e os órgãos oficiais, visto que a política de exportação faz parte das prioridades governamentais.

A formação da Abef se deu com o início das exportações brasileiras de frangos e, já então, estreitamente vinculada com as políticas de exportação.

No ano de 1973, uma reunião entre o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda e líderes do setor avícola resultou na recomendação para que fossem iniciados os estudos que permitissem viabilizar a exportação de parte da produção nacional de carne de frangos. Posteriormente, no início de 1975, os abatedouros de frangos foram novamente convocados pelo Governo Federal desta vez através do Ministério da Agricultura, e lhes foi sugerido o imediato início das exportações, para que não se aviltassem os preços do produto no mercado interno. Com o apoio governamental, as exportações tiveram seu início em agosto de 1975. A ABEF foi fundada em 5 de novembro de 1976, para congregar esforços, no sentido de desenvolver e dinamizar as exportações brasileiras de frangos (ABEF, 1979).

Na época de sua formação, os países europeus e os Estados Unidos controlavam 94% das exportações mundiais de carne de aves. Em 1979 o Brasil já despontava como um dos principais exportadores. A ABEF, neste ano, era responsável por cerca de 98,5% das exportações brasileiras. Sua diretoria, em 1980, tinha como presidente o diretor do Grupo Perdígão, e como vice-presidente um diretor do Grupo Sadia, um da Rio Branco, um da Granja Betinha e um diretor da Coopave. Em 1979 a Associação era constituída por 17 sócios, representando especialmente empresas vinculadas a abatedouros, formadas por capitais privados nacionais e/ou externos, de cooperativas e públicos (Interbrás), inclusive uma antiga associação de exportações de frangos.³⁹

Em 1981, a ABEF promoveu a Reunião Mundial dos Exportadores de Frangos, com o objetivo de formar uma associação internacional - a "Opep do Frango". Essa associação, a IPEA - International Poultry Export Association -, foi formada basicamente pelo Brasil, EUA, França e Uruguai (70% das exportações mundiais) e mais 21 países. Seu primeiro presidente é o mesmo da ABEF, UNEF e do Grupo Perdígão (Avicultura Industrial, fevereiro de 1981, pp. 16-17). A

Estados, isentando do ICM as exportações de reprodutores; gestionou-se para que o Ministério da Agricultura e o de Relações Exteriores resolvam os problemas de exportações de produtos avícolas para a América Latina (UBA, 1979).

³⁹ Em 1979 os associados da ABEF eram: Abatedouro Pif-Paf; Abatedouro Rio Branco; Chapecó Avícola; Com. e Ind. Saule Pagnocelli; Companhia Avícola Minuano; Cooperativa Agrícola de Cotia; Cooperativa Agrícola Vale do Rio Taquari (Coopave); Frangosul S.A. Agro-Avícola Industrial; Frigorífico PortoAlegrense; Frigorífico Seara; Granja Betinha; Perdígão S.A. Comércio e Indústria; Petrobrás Comércio Internacional S.A. Interbrás; Sadia Concórdia S.A. Ind. e Comércio; Sociedade Avícola Louveira e UNEF - União Nacional dos Exportadores de Frangos.

elaboração, os estatutos e a organização formal da associação ficou a cargo de uma comissão formada por três empresários franceses, três norte-americanos e três representantes do Brasil (o Diretor do Grupo Perdigão, UNEF e ABEF; o diretor executivo da UNEF e um diretor da Granja Betinha). A IPEA, a exemplo da UNEF e da ABEF, desenvolve também campanhas publicitárias a nível internacional no sentido de aumentar o consumo de carnes de aves (Avicultura Industrial, fevereiro de 1981, p. 16).

Além da ABEF, a Associação de Abatedouros Avícolas de São Paulo - Avesp, criou um pool de exportadores de frangos. Sua atuação maior tem sido no sentido da regulamentação higiênico-sanitária. A Avesp possui certas divergências em relação à ABEF, e a “condição básica para ser associado da Avesp, e também para que tenha a intenção de comercializar em todo território nacional, é que seu frigorífico ou abatedouro seja federalizado (SIF). Além dessa condição, que é necessária para exportação, o produtor precisa ter a produção própria daquilo que pretende exportar”(ibid.).

Os ramos industriais de produtores de rações e conexos têm no Sindirações - Sindicato Nacional de Indústria de Rações Balanceadas, na Anfar - Associação Nacional dos Fabricantes de Rações e no Sidan - Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Animais, suas "corporações-lobby" principais. Visto que os produtos desses ramos industriais possuem um peso relativamente elevado - cerca de 70-80% dos custos de produção - sua atuação no complexo avícola industrial, resguardando-se os interesses específicos, é extremamente entrelaçada e conjunta com outras associações do gênero, como, por exemplo, a UBA. Acresce ainda que, em decorrência do processo de integração e do grau de oligopolização, a maior parte das empresas que atuam na integração avícola, tanto horizontal quanto vertical, são produtores de ração de algum grau. Portanto, mesmo ao nível de organização da produção, as empresas vinculadas ao complexo avícola industrial participam de diversos ramos e setores produtivos, o que aumenta o entrelaçamento da atuação corporativa. Esse aspecto é reforçado com a tendência à aglomeração, processo que na avicultura industrial tem tido um ritmo acelerado. Uma mesma empresa tende a abarcar os mais diversos setores produtivos, com exceção, em geral, da produção estritamente agropecuária.

Fundado há 25 anos, o Sindirações possuía em 1980 302 empresas filiadas. Criado inicialmente para ser o sindicato das indústrias de rações de São Paulo,

Desde 1967 o Sindicato levantou uma bandeira nacional para atender os interesses do setor econômico ligado diretamente à Reforma Tributária implantada naquele ano. Desde aquela data assumiu a coordenação de todo o País das ações que resultaram no (sic) Ato complementar n. 4 do Executivo Federal, que isentou as rações concentradas e suplementos do pagamento do ICM. Os problemas relativos ao abastecimento interno de matérias-primas básicas, tais como farelo de soja e milho, exigiram do Sindicato também uma ação nacional, quando assumiu perante o Governo a coordenação e distribuição em

todo o Território Nacional desses produtos. A participação do setor junto à Cacex, ao Conselho de Política Aduaneira, ao Conselho Interministerial de Preços, ao Difisa, junto ao Ministério da Agricultura, à Comissão de Financiamento da Produção, nos seminários e congressos de ordem nacional e internacional, exigiu uma representatividade de ordem participativa em todo o país" (...) (Realidade Agroavícola, janeiro de 1979, p. 3). Em 1979 o Sindirações passou a ter, oficialmente, caráter nacional.

Segundo seu presidente em 1980,

Em cada Estado existe unia delegacia, sediada na capital, cujas atividades são coordenadas por um empresário local no setor que tem a representatividade da classe. Uma das primeiras vitórias do Sindicato, depois que Salvador Firace assumiu a Presidência, em 1968, foi a isenção do ICM também para aves, ovos e pintos de um dia. A ração já era isenta e Salvador Firace não achava justa essa discriminação. Depois de ter participado de oito reuniões com secretários da Fazenda, conseguiu seu objetivo em 1969 e, no final de 1970, toda matéria-prima para produções de rações ficou isenta em todo o território Nacional. (...) Hoje, a produção de carne de frango, que era de 150 mil toneladas/ano atingiu 1 milhão de toneladas, a produção de ovos subiu de pouco mais de 200 milhões para quase 800 milhões de dúzias e o número de indústrias de rações passou de 19, no início da década de 1970, para 302. (...) Outro trabalho de importância, realizado pelo Sindicato, foram 11 convênios, firmados num período de dez anos, com as universidades rurais do Norte, Nordeste e Sul para utilização de produtos regionais, até então inaproveitáveis. (...) Foi também sob a atual gestão que o Sindicato conseguiu motivar o apoio dos Governos estaduais e federal, possibilitando o crescimento da avicultura em todas as regiões. Um fato importante, na opinião de Salvador Firace, é que a avicultura passou a se constituir, principalmente, num fator social além de econômico, resolvendo problemas de abastecimento e promovendo a fixação do homem à terra. (...) O apoio governamental veio também no setor de financiamento (Avicultura Industrial, março de 1981, pp. 7-8). (Grifo nosso).

Para se ter uma noção do inter cruzamento do sindicato a nível de diretorias na mediação de interesses, convém mencionar os seguintes elementos. Seu presidente em 1980, por exemplo, era também presidente da Bolsa de Cereais de São Paulo desde 1976, diretor da Fiesp, da Associação Comercial de São Paulo, membro do Conselho Estadual de Nutrição, membro do Conselho Agrícola de São Paulo, presidente do Grupo de Assessoria e Participação e da Ceagesp. Já seu secretário-geral era também conselheiro da Associação Comercial de São Paulo e da UBA, diretor da APA - Associação Paulista de Avicultura e do Sindicato da Indústria do Milho e da Soja no Estado de São Paulo. Além de diretor-tesoureiro era também tesoureiro da Bolsa de Cereais de São Paulo (ibid.).

Em 1980 o Sindirações assinou um convênio com a FEFAC - Federação Européia dos Fabricantes de Alimentos Compostos para Animais, com sede em Bruxelas, que congrega cerca de 72% da fabricação européia de rações balanceadas, equivalendo a cerca de 75 milhões de toneladas anuais ou a cerca de 27 bilhões de dólares. Como os países membros importam cerca de 6 milhões de toneladas de farelo de soja, em sua maior parte dos EUA, um dos principais interesses da FEFAC no Brasil, segundo seu presidente, é o farelo de soja.

Ao visitar o Brasil em 1980, com o patrocínio do Sindirações, a FEFAC, além do objetivo de examinar a qualidade da produção brasileira de matéria-prima, visava à discussão das condições de exportação com o Governo brasileiro. Segundo o presidente da FEFAC, "o sistema de licenças dificulta a exportação de farelo de soja brasileiro, porque as indústrias de rações européias devem dar aos clientes, por todo o tempo, um preço estável. (...) Gostaríamos ainda de ter garantias de que o Brasil não fará um embargo, como o realizado pelos EUA."⁴⁰

Outra atividade desenvolvida pelo Sindirações e organizações congêneres como a Anfar é a difusão do neo-malthusianismo e suposta necessidade de incrementar a modernização da produção agropecuária, como única alternativa para se "chegar à paz", ideologia essa elaborada ou formada nos centros internacionais de pesquisa sustentados pelo grande capital internacional (Realidade Agroavícola, dezembro de 1978, pp. 7-8).. Isso é complementado com propostas de subsídios oficiais à alimentação, maior distribuição pela Cobal, benefícios à exportação, aumento do crédito rural, em síntese, que diminua o subconsumo alimentar e aumente o mercado (id., julho de 1981, p. 12).

Apesar de a Anfar atuar em conjunto com o Sindirações e apesar das freqüentes declarações de sua diretoria no sentido de ter sido formada para uma atuação conjunta, essa organização caracteriza-se por congregar grandes produtores envolvidos mais especificamente com a produção de rações. Sua fundação deu-se em 1980 e os membros da primeira diretoria eram representantes da Duratex, Purina, Rações Dutra, Anderson Clayton, Cargill e Fri-Ribe. Como se vê, sua diretoria (cujo diretor é presidente também da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária) era formada quase que exclusivamente pelo grande capital preponderantemente externo e envolvido fundamentalmente com a produção das matérias-primas de ração (cereais e aditivos químicos), o que a diferencia do Sindirações e leva a supor que os interesses sejam bastante marcantes. Quanto às suas vinculações com os órgãos oficiais, o processo é semelhante.⁴¹ Já em 1981, encabeçava a diretoria da Anfar o vice-presidente da Duratex - Rações Anhanguera, que se recomendava "(...) por sua

⁴⁰ O representante do Ministério da Agricultura foi pouco redutível no tocante às cotas de exportação. Para ele o sistema de cotas "é preciso, nesse momento, para controlar problemas de abastecimento interno. Mas, com o tempo, aperfeiçoamentos serão introduzidos no processo para permitir que se faça uma programação com matérias-primas brasileiras." Sugeriu à Fefac que adquirisse também outras matérias-primas brasileiras, com núcleo protéico, com base em reivindicações do Sindirações e empresas do setor. "As idéias do representante do MA (Ministério da Agricultura) justificam-se. A busca de mercados externos é urna das perspectivas para as indústrias nacionais de rações que produziram 12.400.000t em 1979 e, cuja produção estimada para esse ano (1980) é de 14.500.000t" (Avicultura Industrial, março de 1980, pp. 12-20).

⁴¹ Conforme a "Carta de Princípios" da Anfar, a "preservação do sistema econômico nacional é responsabilidade da classe empresarial. A identificação deste principio implica na aceitação de obrigações consentâneas com este objetivo básico. (...) Nenhuma empresa, de qualquer porte ou atividade, pode progredir se não encontrar condições econômicas e políticas propícias". Uni de seus objetivos básicos é "(...) o seu papel de vigilância em relação aos atos governamentais (...) a mensuração dos efeitos inflacionários e outras conseqüências econômicas causadas pelos regulamentos governamentais, gastos, taxações" (...) (Avicultura Industrial, setembro de 1980, pp. 14-15). (Grifo nosso).

vivência política como presidente da Associação Brasileira dos Exportadores."

A ação da Anfar desenvolveu-se especialmente no sentido de planejamento da produção, análise do desempenho do mercado de matérias-primas, estratégias de comercialização, promoção de consumo, avaliação e acompanhamentos de safras agrícolas, garantias pelo Governo de abastecimento interno de matérias-primas, financiamentos e formação de estoques reguladores. Para a execução dessas atividades a Anfar forma "Comissões de Trabalho". Em 1981, por exemplo, existiam a Comissão de Tecnologia, a Comissão de Abastecimento e a Comissão de Mercado, assessoradas por uma Comissão Fiscal. Essas comissões eram compostas quase exclusivamente por representantes da Purina, Anderson Clayton, Cargill, Rações Dutra, Fri-Ribe, Duratex, Socil e Central Soya. Outra iniciativa da Anfar "(...) prende-se à promoção de palestras a cargo de especialistas na área econômica, através das quais se tem procurado aumentar o convívio do setor com as nuances da política, tanto quanto possível aproximando Governo e Empresa" (Realidade Agroavícola, abril de 1981, p. 14).

O Sidan - Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Animais reúne 77 das cerca de 80 empresas do parque industrial brasileiro de veterinária. A avicultura representa cerca de 40% do mercado da indústria veterinária. Essa organização começou a atuar em 1966 e passou à condição de entidade de âmbito nacional em 1972 (Realidade Agroavícola, maio de 1980, p. 20). Suas atuações têm-se concentrado nos problemas causados ao setor pela política de restrições às importações; e na política de controle higiênico-sanitário. Como boa parte da matéria-prima para determinados insumos sofisticados e mesmo produtos acabados são importados, a política de restrições às importações tem como um dos objetivos o aumento da produção interna. O principal argumento utilizado pelo Sidan é o caráter de exportação da avicultura brasileira, sendo, portanto, geradora de divisas, compensando assim as importações. Nesse sentido essa organização é reforçada pelo Sindag - Sindicato de Indústria de Defensivos Agrícolas⁴². Além disso, segundo um de seus dirigentes, "há que se destacar, no trabalho do Sidan, a harmonização do setor, já que as chamadas multinacionais oferecem sua colaboração tecnológica no mercado internacional, e a indústria veterinária brasileira fornece a recíproca com importantes conquistas em âmbito político-econômico" (ibid.).

Essas organizações de cunho mais geral e nacional complementam-se com outras de características locais ou de ramos de produção. As de cunho local são principalmente as associações

⁴² Conforme declarações do gerente de operações da Du Pont do Brasil para o Cone Sul em relação à "crise" do setor: "As empresas de pesticidas já estavam operando com lucros reduzidos, devido aos altos custos do petróleo, das matérias-primas e ao acordo entre o Sindicato de Indústria de Defensivos Agrícolas (Sindag) e o Afínistério da Agricultura, que determinou a margem de lucro das empresas. Nós entendemos as dificuldades do Governo em suas tentativas de reduzir a inflação e evitar a importação de produtos. Mas a indústria de defensivos agrícolas precisa importar matérias-primas (...)" (Avicultura Industrial, dezembro de 1980, p. 10). (Grifo nosso).

estaduais e mesmo municipais ou microrregionais, naquelas regiões onde a avicultura é relativamente forte. Como exemplos das organizações voltadas especificamente para um ramo de atividades, e que interagem com as organizações mais gerais, podem ser tomadas a Apinco - Associação dos Produtores de Pintos de Corte, a Unac - União dos Avicultores de Corte etc. Por suas próprias características, esse tipo de associação tem uma atuação mais voltada para problemas de preços (de insumos e produtos finais) e de mercado que, por exemplo, às políticas de exportação e abastecimento.

Um tipo de questão que tem envolvido associações como a Unac e a Apinco é o processo de integração sob o qual a avicultura tem avançado na última década. A intensidade com que essas organizações se têm envolvido na questão da integração é possivelmente decorrência do fato de terem sido formadas com base em São Paulo, onde a antiga avicultura comercial era relativamente forte. A readaptação que a avicultura industrial estaria a exigir desses setores ou, segundo essas organizações, a "crise" que a antiga avicultura atravessa, provoca atuação mais intensa.⁴³ Em certas regiões de Minas Gerais, como o Sul, acontece coisa semelhante, ao contrário dos Estados sulinos, onde não preexistia uma avicultura comercial, pelo menos com força suficiente para criar resistências.

A relevância maior das associações a nível regional ou local é que se constituem fundamentalmente em "associações de criadores". Portanto, nas regiões onde a expansão da avicultura não se dá pela integração vertical, essas organizações fazem a vinculação entre os criadores, integrados ou "autônomos", empresariais ou camponeses, com as organizações empresariais de maior abrangência. É importante atentar para o caráter interclassista dessas organizações, quando se trata da integração horizontal e, portanto, com subordinação do campesinato selecionado para fazer parte da integração ou de produção camponesa "autônoma". Praticamente não existe nenhuma região ou Estado em que a produção avícola seja exclusivamente integrada

⁴³ Segundo o presidente da Apinco, "estaríamos numa outra fase da avicultura irreversível, creio eu, em que, nos moldes de outros ramos produtivos, somente os empresários melhor organizados sobreviverão". Para os demais existiriam duas opções: sumirem do mercado ou se integrarem (Avicultura Industrial, dezembro de 1980, p. 10). Em São Paulo existia unia avicultura relativamente forte, baseada na organização empresarial no tocante ao processo de trabalho de criação. Com o surgimento da integração horizontal como unia nova modalidade de organização de boa parte da avicultura brasileira e a formação de novas frentes de expansão altamente subsidiadas e com boas condições de lucratividade, como no Centro-Oeste etc., essas antigas empresas são forçadas a se readaptar e a defender o lucro médio. Acontece que, na integração horizontal, o produtor não conta com o lucro médio, ao contrário da avicultura organizada em empresas de criação de aves em bases capitalistas. Conforme declaração de dirigente da Unac: "Através da Unac, acho que podemos conseguir maior conscientização dos criadores associados à entidade. Creio que assim teremos uma melhor divisão de rentabilidade de cada um. E justo que o criador tenha sua fatia de lucro que hoje está sendo marginalizada." E em outra ocasião: "Ou nos estruturamos para termos lucros médios, ou não dá mais. (...) É preciso que as integrações se conscientizem de que não se podem aproveitar deste momento de desespero para abusar do avicultor integrado aviltando o seu ganho, transformando-o num sujeito espoliado, num colono mal remunerado." É significativo que a linha de atuação da APA - Associação Paulista de Avicultura - também seja nessa direção (Avicultura Industrial, abril de 1981, pp. 20-22 e abril de 1980, pp. 39-42).

horizontalmente ou através de integração vertical, ou mesmo de produção camponesa "autônoma". Em geral, onde a avicultura é relativamente desenvolvida, o que existe é a predominância de uma dessas formas, coexistindo com outras. Inclusive nas regiões onde predomina a integração horizontal, como no Sul, por estratégia das próprias empresas integradoras, ao mesmo tempo em que estas produzem uma parte da matéria-prima, sendo, portanto, criadores, nem todos os produtores são integrados contratualmente, sendo boa parte relativamente "autônoma". Acontece que praticamente todas as "associações de criadores" são constituídas por todos os criadores de aves, seja em bases familiares ou em grandes empresas, integrado ou integrador.

Existem associações locais em praticamente todos os Estados onde a avicultura é relativamente desenvolvida. Assim, em Santa Catarina, além da Acrave existe a Acav - Associação Catarinense de Avicultura. No Rio Grande do Sul, a Associação Gaúcha de Avicultura - Asgav - congrega tanto produtores como abatedouros e fabricantes de rações. No Paraná a Apavi - Associação Paranaense de Avicultura, juntamente com organizações congêneres, vem tendo uma forte atuação em relação aos órgãos governamentais, tendo em vista em especial a regulamentação higiênico-sanitária e problemas de mercado e preços (Realidade Agroavícola, dezembro de 1980, p. 62). Em São Paulo e outros Estados existem, entre outras, a APA - Associação Paulista de Avicultura; AAD - Associação dos Avicultores de Descalvado; ANA - Associação Nordestina de Avicultura; AFA Associação Fluminense de Avicultores; Avpe - Associação Avícola de Pernambuco; Aamavi - Associação Amazonense de Avicultura; AGA - Associação Goiana de Avicultura; AAMG - Associação dos Avicultores de Minas Gerais; ABS - Associação Brasileira de Sexadores de Aves de um Dia e muitas outras.

O que a Acrave, fundada em 1979 em Santa Catarina, tem de específico e relevante para um exame das associações é o fato de ter surgido explicitamente como uma organização que somente admite como associados os produtores de aves. Acontece que em Santa Catarina, a exemplo dos demais Estados do Sul, a produção de aves está a cargo quase que exclusivamente de produtores integrados horizontalmente e em boa medida, por contratos. Portanto, nas atividades de criação nesses Estados existem poucas empresas envolvidas diretamente na produção, que está a cargo do campesinato. Trata-se, é claro, de um campesinato com situação socioeconômica acima da média. Para se conseguir acesso à integração, o candidato passa por uma rigorosa seleção, visto que as empresas integradoras têm condições de escolha, pelo excesso de pretendentes. Esses elementos e o fato de a avicultura de Santa Catarina ser um setor dos mais desenvolvidos fundamentam a formação da Acrave.

Um dos objetivos da Acrave, além da busca de desenvolvimento tecnológico e informativo da avicultura, é congregar "criadores, pessoas físicas e jurídicas que, por suas atividades, estejam

ligados diretamente à criação de aves, vedada a participação dos que industrializam o produto". Apesar de ser uma associação essencialmente dos produtores de aves integrados, o sentido de sua ação não foge do corporativismo, na medida em que é formada de agentes sociais de uma determinada atividade do ciclo produtivo do complexo avícola industrial. A posição desses agentes frente ao capital e ao trabalho não vem ao caso, podendo ser inclusive pessoas jurídicas, ou seja, empresas. O mesmo acontece com os demais objetivos da associação, todos eles voltados para uma melhor divisão dos excedentes, mas ao mesmo tempo dentro da "racional idade" proposta pela dinâmica da acumulação do capital e pela atuação do Estado.⁴⁴ Evidentemente, por se tratar de uma associação fundamentalmente de avicultores e, por isso, de produtores camponeses, o que está em questão não é a obtenção do lucro médio, a exemplo da Unac etc., mas uma melhor participação nos excedentes, e portanto, uma maior remuneração do trabalho familiar, dentro da racionalidade do capital. Acontece que os integrados são produtores que, embora não atuem em busca de taxa média de lucro e, inclusive, na maior parte dos casos, com uma baixíssima remuneração de trabalho, são produtores altamente selecionados. Desse modo, em relação aos demais produtores, se não contam com uma boa remuneração de trabalho, contam com certa segurança e garantia, real ou imaginária, o que não é caso dos excluídos da integração. Em outras palavras, são produtores que foram "filtrados" sócio-economicamente e continuam sendo "filtrados" politicamente. Nesse sentido, a Acrave realiza aquilo que os sindicatos não têm condições de realizar.

Apesar dos limites bastante restritos da proposta de organização da Acrave e seu direcionamento no sentido de não pôr em questão o processo de acumulação, mas simplesmente buscar distribuição mais equânime dos excedentes, sua criação não impediu uma violenta reação das demais organizações, nem o apoio do sindicalismo e de setores da Igreja. Segundo seu presidente, o que a Acrave procura é "defender um mercado livre para o frango", porque "(...) os preços regidos pela lei da oferta e da procura só virão beneficiar o criador de aves". Isso se tornaria difícil sem uma organização própria "(...) porque a Associação Catarinense de Avicultura atua a nível de empresários, sendo que a nossa está voltada aos interesses dos criadores de aves" (A Granja, abril de 1980, p. 7). Se, de um lado, a associação foi apoiada em sua criação pelos sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, igrejas etc., de outro, a reação das demais associações, em especial a Acav representando os interesses das empresas integradoras, abrangeu

⁴⁴ Entre outros objetivos estatutários da Acrave figuram: "Defender os interesses e direitos da classe. (...) Colaborar com os Poderes Públicos, como órgão especializado e técnico consultivo, no estudo de solução de questões que se relacionam com a avicultura, visando o aperfeiçoamento, o desenvolvimento e a propaganda da avicultura em geral. (...) Aperfeiçoar e desenvolver a avicultura mediante a criação de um aviário experimental (...) através de acordos e convênios com entidades oficiais e particulares, nacionais e estrangeiras." E, por fim, a "associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e demais associações no sentido de solidariedade social e de subordinação dos interesses econômicos ao interesse nacional" (Acrave, 1979).

desde processos judiciais até a cooptação dos avicultores para os jogar contra a Acrave. Mais tarde, passou-se à tentativa de cooptação da Acrave para uma fusão com a Acav, "para promover a união das associações".⁴⁵

Em termos empresariais, há ainda outras formas de organização ou mediação de interesses, menos formais. Entre estas, no complexo avícola, destacam-se os "Clubes do Galo" e a participação de diretores de empresas em cargos públicos do Legislativo e do Executivo. O "Clube do Galo" é um tipo de organização que reúne os empresários vinculados de alguma forma ao complexo avícola, cuja finalidade é formalmente recreativa, existindo em todos os Estados em que a avicultura é significativa. Suas reuniões são mensais, sempre em rodízio, sendo um empresário o responsável e patrocinador. Nessas festas ocorrem palestras, exposições de filmes etc. Esses clubes reúnem os empresários mais diversos vinculados ao setor e o patrocinador é, via de regra, um grande fornecedor de insumos, indústria de transformação, ou mesmo, agente financeiro público ou privado ou ainda uma associação de criadores de aves, cooperativa etc.⁴⁶

3.3.2 ASSOCIATIVISMO DO TRABALHO

A discussão anterior das principais organizações dedicadas à representação e mediação política de interesse de complexo avícola adquire maior relevância na medida em que a elas contrapomos organizações de outra natureza, vinculadas ao mesmo setor. Ou seja, às associações representantes de interesses empresariais devem ser contrapostas aquelas associações de cunho

⁴⁵ Segundo o Presidente da Acrave, na "verdade, a Acav não defende os interesses dos avicultores (...) defende os interesses dos frigoríficos e das fábricas de rações. Por isso, não divulgam a existência da Acav para conseguir mais associados entre os avicultores. Todos os grandes já são sócios. Daí eles alegarem que não poderiam existir duas associações.

⁴⁶ Por exemplo, a programação do "Clube do Galo" de Santa Catarina para o primeiro semestre de 1981 estava a cargo das seguintes empresas: mês de abril, com a Anderson Clayton, em Curitiba; em maio, com a Storck, em São Paulo; junho, Cobb do Brasil; julho, BRDE -- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (oficial), em Florianópolis. Na programação do "Clube do Galo Gaúcho" para 1981, constam os seguintes patrocinadores: Casp, Pfizer, Coopavc (Cooperativa de Aves do Alto Taquaril, Soei), Frangos Chezini, Cargill, Corpave, Frinal e Asegav. Para se ter uma idéia da vinculação dos "Clubes do Galo" com as associações pode-se tomar como exemplo a eleição da nova diretoria da Acav em 1980. "Em reunião ordinária para aprovação das contas da gestão Arlindo Paludo, presidente da Acav -- Associação Catarinense de Avicultura, e eleição da nova diretoria que regerá os destinos da entidade, foi eleita, por aclamação, a chapa encabeçada por Afonso Back, após o almoço do Galo Catarinense" (Avicultura Industrial, maio de 1980, p. 33).

Sobre a vinculação direta entre diretores de empresas e cargos públicos no complexo avícola, os melhores exemplos talvez sejam representados pelo Grupo Perdígão e pelo Grupo Sadia. O Grupo Sadia, através de diretores seus, já ocupou duas vezes a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, além do cargo de vicegovernador, também por duas vezes consecutivas. Além disso, seu fundador, um dos principais diretores acionistas, foi senador pelo PDS e deputado federal pela Arena. Já o Grupo Perdígão ocupou por duas vezes consecutivas a Secretaria da Fazenda do mesmo Estado (Negócios em Exame, 2 de julho de 1980, p. 27). Já o vice-presidente da Granja Rezende que assumiu em 1980 fez parte da diretoria do Crédito Rural do Banco Central e foi presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo nos Governos Geisel e Figueiredo (Avicultura Brasileira, março de 1980, p. 9).

explicitamente mais classista e que, por sua natureza, não seriam necessariamente associações ou organizações de cunho empresarial e, portanto, não estariam em busca da "racionalidade" da acumulação, nem na defesa da distribuição intersetorial da mais-valia. Referimo-nos aos sindicatos de trabalhadores rurais e suas federações, às cooperativas agrícolas aos setores das igrejas etc. Por conseguinte, trata-se de associações que extrapolam o complexo avícola enquanto tal e se vinculam à questão geral do processo de diferenciação na agricultura brasileira, na qual a avicultura representa um dos casos típicos.

Contraditoriamente, essas associações e setores envolvidos com "trabalhadores rurais" em geral, ao mesmo tempo em que se contrapõem às associações empresariais, as complementam e prolongam. Uma das razões dessa "complementaridade" - se bem que contraditória - é o caráter heterogêneo do campesinato. Heterogeneidade que o próprio processo de "modernização" e integração da agropecuária reforça sem necessariamente aprofundar as relações de produção tipicamente capitalistas. A integração horizontal exemplifica isso, na medida em que o processo de integração e subordinação dos produtores agrícolas supõe uma rigorosa seleção. Desse modo, os produtores integrados são "filtrados" entre uma enorme massa de campesinato que, embora sócio-economicamente não esteja necessariamente em condições muito abaixo dos integrados, contam com determinadas garantias (financiamento, mercado etc.) que os transformam num estrato especial de camponeses. Ao contrário da massa de camponeses excluídos do novo patamar técnico-produtivo, esses produtores contam com altíssima produtividade física do trabalho. Se isso não significa necessariamente melhores condições materiais de vida, a sua integração ao nível produtivo supõe em princípio a integração também psico-ideológica, pelo menos numa primeira fase.⁴⁷ Quando termina essa fase, a empresa integradora conta com a possibilidade de mudar o patamar técnico-produtivo, aumentando assim as exigências em capital e tecnologia, e de resselecionar os produtores integrados. É claro que esses aspectos sócio-econômicos por si sós não explicam o comportamento das "associações de trabalhadores rurais". Apenas dão suporte à "racionalidade" e à institucionalização proposta (ou imposta).

Quanto ao cooperativismo, não é difícil entender seu comportamento estritamente empresarial, visto que, no caso da avicultura industrial, trata-se de um setor altamente empresarial e também altamente seletivo no tocante ao quadro de associados.⁴⁸ Praticamente não existem nem po-

⁴⁷ É significativo o fato de que todas as grandes empresas integradoras possuam meios de comunicação próprios, como rádios, jornais etc., além da assistência técnica, que evidentemente não se restringem à vinculação da tecnologia em si.

⁴⁸ Para se ter uma idéia da alta seletividade dos produtores rurais na avicultura industrial, mesmo quando se trata de uma cooperativa, pode-se tomar a Coopave, uma das principais do setor. "A área de ação da Coopave é composta de 56 municípios (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) com 1.297 associados em dezembro de 1980. O faturamento, conforme relatório da Coopave, foi de 4.738.370.821,20 (em cruzeiros de 1980) com um resultado de CrS 289.711.865,79, sendo que CrS 141.945,86 foram integralizados em cotas partes: Reni Pedro Ely previa um

deriam existir diferenças substanciais entre as cooperativas vinculadas à avicultura industrial e as empresas integradoras, pelo menos em relação à mediação de interesses, comportamentos próprios pelas contrapressões de segmentos de produtores.

A constituição e atuação de uma associação como a Acrave, referida anteriormente, para ficar no complexo avícola, é mais significativa do que pode parecer à primeira vista. Com o processo de implantação do Estado autoritário e as novas formas de exercício do poder, organizações como a Acrave - e de certa forma certos tipos de cooperativismo agrícola e mesmo alguns sindicatos rurais - passaram a representar interesses de determinados estratos camponeses. Isto é, daqueles que conseguem alcançar os novos patamares tecnoprodutivos, na medida em que atuam estritamente dentro dos moldes adotados. Ou seja, se de um lado tais organizações conseguem uma certa intensidade na realização de determinados interesses do moderno campesinato, de outro, sua atuação restringe-se necessariamente àquilo que se convencionou chamar de "lutas econômicas". Sua ação, por exemplo, dificilmente extrapola a luta por melhores preços, apoio governamental, criação de infra-estrutura de produção e comercialização etc. Esse tipo de ação tem como estratégia básica a utilização da produção como instrumento de luta, através, por exemplo, de boicotes à comercialização e da recusa em responder aos apelos e apoio governamental ao aumento da produção. Mais recentemente tende a se ampliar essa estratégia recorrendo-se às demonstrações de força, através de "passeatas", "acampamentos" etc. Outra característica básica é a mobilização "setorial", vinculada apenas a um problema bem definido e específico. O fato de esse tipo de participação política estar ligado principalmente à realização de interesses dos estratos modernos do campesinato e da burguesia rural não significa que não mobilizem também partes dos demais setores camponeses.

Além de esse tipo de lutas estar respaldado na "racionalidade" do Estado autoritário - o que, é lógico, não significa dizer que está a seu favor - e na heterogeneidade do próprio campesinato, o próprio controle administrativo-legal do sindicalismo rural dificulta o desdobramento das lutas para além das questões mais específicas e "econômico-administrativas". A legislação sindical rural pós-1964 é tão interclassista quanto as associações acima referidas, apesar da diferença básica de que as associações empresariais são de caráter eminentemente civil e o controle sindical é de cunho corporativo estatal. Inclusive a mudança dessa legislação tem sido uma das principais lutas de boa

faturamento para 1981 de 12 milhões de cruzeiros. Dentro dos planos de expansão da cooperativa está em tudo a produção de álcool de mandioca e sua utilização na alimentação; plantio de 30 mil hectares de milho para as suas indústrias de ração; estímulo da produção de hortigranjeiros além da expansão para atender importadores" (Gazeta Mercantil, 24 de abril de 1981, p. 32). Nesse mesmo ano a cooperativa passou a ser importadora exclusiva da linhagem HR N para a América Latina. Para se ter uma idéia da seletividade, basta comparar os números de seu balanço com o reduzido número de associados, apesar de que a mesma tem como área de ação justamente as regiões com mais "minifúndios".

parte do sindicalismo e suas federações.

Como se sabe, o enquadramento sindical passou a ser feito de acordo com o "módulo" do produtor rural, em substituição ao enquadramento conforme as relações de trabalho, previsto pela OIT - Organização Internacional do Trabalho. Desse modo, essa legislação - Decreto-lei n° 1.666 - ao mesmo tempo em que força os assalariados e trabalhadores rurais congêneres a pertencerem ao mesmo sindicato de parte do campesinato "autônomo" com base no trabalho familiar, força também boa parte do campesinato "autônomo" a se vincular aos sindicatos patronais, ainda que não tenha empregado algum.⁴⁹

De qualquer maneira, a questão primeira tanto para o sindicalismo rural, nesse contexto, quanto para qualquer outro tipo de associativismo, é a exclusão de absolutamente qualquer canal político efetivo para a maior parte dos trabalhadores. Pior que o assistencialismo e a reduzida força que têm as "lutas econômicas" dos estratos camponeses integrados para garantir-lhes uma menor taxa de exploração de trabalho, é o que representa esse tipo de sindicalismo. Na medida em que foi implantada a "nova ordem" econômica e institucional, na qual não cabe questionamento institucional, a participação política foi reduzida a uma política estritamente econômico-administrativa, como se a sociedade fosse constituída exclusivamente por empresários. Ora, no caso da maior parte do campesinato, que constitui aquilo que pode ser designado por "antigo campesinato" ou "campesinato em degeneração", não se trata de uma questão econômico-administrativa, mas fundamentalmente de um problema político institucional.⁵⁰ Para esses setores e esse tipo de questionamento não existe canal político efetivo, a não ser na medida em que se trata de "produtores" e por isso teria alguma coisa a ver com as "lutas econômicas". Em outras palavras, ao "afunilamento econômico" representado pela progressiva filtragem daqueles que farão parte dos novos patamares da produção, corresponde um "afunilamento político", na medida em que a participação e os canais políticos estão condicionados à forma e grau de participação na produção.

Para se apreender a estrutura e o funcionamento do atual sindicalismo rural, bem como a

⁴⁹ Mais tarde, através da Instrução 113, tentou-se considerar o filho de camponês "autônomo" maior de 18 anos como empregado da unidade produtiva para a qual trabalhava. Desse modo, quase todo o campesinato poderia ser enquadrado no sindicato patronal. Essa instrução foi abolida.

⁵⁰ Nesse sentido são significativas as novas formas de luta postas em prática por esse tipo de camponeses, em especial as relativas à questão da terra. As invasões de latifúndios por posseiros, que era uma das características da fronteira agrícola, passaram a ser uma tentativa de solução de problemas também de pequenos produtores nos Estados do Sul. Se de um lado essas "invasões" estão vinculadas à crescente seletividade da fronteira agrícola, de outro, põem a nu a inexistência de qualquer canal político efetivo. Em geral, no Sul, esses camponeses invadem latifúndios sem cobertura formal de absolutamente nenhum tipo de associação ou instituição, ainda que, quando o fato está consumado, recebem "solidariedade" formal de determinados sindicatos e associações. Por outro lado, é significativo que as demais lutas das associações e sindicatos, aquelas "lutas econômicas", têm sempre como bandeira de fundo a "cobrança" da implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, isto é, uma concessão institucional feita pelo Estado autoritário em sua formação e não posta em prática.

forma de sua vinculação com questões como a exclusão e marginalização da maior parte do campesinato - processo no qual a avicultura é um caso típico - é necessário fazer referência às suas próprias origens. Nesse sentido, além do Estado autoritário, entram em pauta também outros tipos de organizações e formas de participação política, em especial setores da Igreja e os antigos movimentos de diversos matizes da época da derrocada do populismo.

Como se sabe, na formação do atual sindicalismo rural entrou em jogo uma série de movimentos sociais, entre os quais se destacam as Ligas Camponesas no Nordeste e os movimentos em favor da "reforma agrária" no Sul. Nessa região, os movimentos foram encabeçados especialmente pela Frente Agrária Gaúcha de setores da Igreja católica, em oposição ao suposto radicalismo das Ligas Camponesas. Esses setores da Igreja se respaldavam nas parcelas de camponeses médios com origens na imigração. Paralelamente a esses movimentos, já no final do período populista, surgiram movimentos constituídos por pequenos camponeses sem terra, nos quais recaiu a maior carga da repressão organizada, com o apoio dos setores "reformistas" da Igreja, daquele período.⁵¹

O que importa reter é que a formação e consolidação do atual sindicalismo rural estão condicionadas por essas forças sociais sob a égide do Estado autoritário e do redirecionamento da forma de exercício do poder pelas diversas classes sociais. É significativo, por outro lado, que é justamente com a consolidação do Estado autoritário que se efetiva a sindicalização rural em massa.

É desse contexto sócio-político de liquidação dos antigos movimentos sociais que resultou a formação do sindicalismo rural e a transformação das bases do exercício do poder. Isso deixa clara a estreita margem sobre a qual o sindicalismo se move. Para se ter uma noção da natureza proeminentemente "econômica" das lutas encaminhadas pelos sindicatos e federações de trabalhadores rurais e da distância que separa o poder de suas pressões daqueles das associações de empresários, basta examinar os relatórios das federações. No Sul, por exemplo, as mobilizações que nos últimos anos surtiram efeitos razoáveis foram justamente as que visavam alterações na política econômico-financeira governamental e por isso eram interclassistas. Além disso, os sindicatos, em especial as federações, via de regra, somente assumem esses movimentos setoriais e localizados, quando já estão em andamento.⁵²

⁵¹ Como é sabido, no Sul os setores da Igreja vinculados ao movimento social no campo, em 1964 aliaram-se a organizações patronais do tipo da Farsul - Federação da Agricultura do Sul e a nível nacional com a CNA - Confederação Nacional da Agricultura.

⁵² Os trabalhos principais da Fetag/RS centram-se basicamente nas reivindicações econômico-administrativas referentes à produção de soja, fumo, uva, cebola, batatinha, suinocultura etc. A federação assume as mobilizações de trabalhadores rurais somente após iniciados espontaneamente. Todas as mobilizações, no entanto, se referem a problemas imediatos e específicos e envolvem conjuntamente cooperativas e secretarias de Estado em nome de "classe rural". Evidentemente, outros temas entram em pauta, inclusive a questão da "reforma agrária" e a própria repressão policial sobre líderes rurais, mas não têm acesso às instâncias decisórias (Fetag/RS, 1980; 1981). Talvez a melhor maneira de avaliar a

Importa notar que é justamente na tolerância desse tipo de imobilização, no rigoroso cuidado para que não extrapole os limites de problemas imediatos, econômico-administrativos e localizados, que consiste a estratégia básica do Estado. Em outras palavras, a preocupação maior para as autoridades públicas é que esses movimentos não se ampliem quanto à temática e extrapolem o puramente econômico e setorial, questionando diretamente a "racionalidade" político institucional. Isso é facilitado, inclusive, pela característica básica de qualquer movimento político e, em especial, de movimentos políticos camponeses, que começam por questões imediatas e específicas.

Por outro lado - e contraditoriamente - a própria degeneração das condições sócio-econômicas da maior parte do campesinato em constante ameaça de marginalização pura e simples tem levado boa parte de sindicatos rurais a proporem e a assumirem reivindicações progressivamente mais amplas e "políticas". Esse processo resulta numa incipiente bipolarização entre os sindicatos, abrangendo também os setores da Igreja envolvidos com a questão. Em termos de Igreja católica, a manifestação mais nítida desse processo é a "reciclagem" dos antigos setores envolvidos com a questão agrária, que começam a sentir a perda da hegemonia e se sentem "traídos" pelo Estado autoritário no que se refere às conseqüências sociais de suas políticas. Como contraponto a essa "reciclagem", no tocante aos setores da Igreja, a manifestação principal é o surgimento da CPT - Comissão de Pastoral da Terra, tendo em vista seu apoio ao sindicalismo "autêntico" e envolvimento com os pequenos camponeses e assalariados rurais (Folha da Manhã, 20 de março de 1981).

É nesse contexto social e político que se inscreve a mediação e representação política no complexo avícola, em especial, e na agroindústria no Brasil em geral. Do ponto de vista do capital, a readaptação dos canais e do exercício do poder e o crescimento econômico assegurado pelo Estado solucionaram tanto o problema da mediação política quanto da expansão econômica e da lucratividade. Por outro lado, a evolução das contradições sociais colocadas por esse processo recoloca também o problema da representação de interesses e canais de participação do ponto de vista daquelas classes excluídas, tanto social quanto politicamente. Embora isso possa ter começado por aqueles setores menos excluídos e dentro da nova "racionalidade" implantada, o encaminhamento dos interesses dos setores realmente excluídos requer novas formas de mediação e representação.

assimetria de poder e acesso a instâncias decisórias é examinar as formas de acesso mais comum dessas associações como os sindicatos - que se dão normalmente através de comissões ou envio de correspondências às autoridades e compará-las com a participação direta nas instâncias decisórias das associações empresariais.